

Sumário

Número de notícias: 23 | Número de veículos: 14

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Governo volta atenção para caso de R\$ 20 bi no STF 3

FOLHA DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - OPINIÃO
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Planejamento tributário na atualização dos bens imóveis 4

EXTRA - RIO DE JANEIRO - RJ - GANHE MAIS
SEGURIDADE SOCIAL

INSS apura descontos indevidos 5

FOLHA ONLINE - SP - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Prêmio de loteria, PIS e atrasados do INSS; veja situações em que você pode ter dinheiro esquecido 6

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Bons ventos para a economia 8

O GLOBO ONLINE - RJ - BLOGS
REFORMA TRIBUTÁRIA

'Elevação da nota do Brasil é correta, mas trajetória da dívida preocupa', diz economista-chefe do J.P. Morgan 10

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Campanha mostra a importância da reforma administrativa para o desenvolvimento do país - COMÉRCIO EM PAUTA 12

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

STF rejeita ações com impacto de R\$ 49 bi para União 14

O ESTADO DE S. PAULO - ESPAÇO ABERTO
ECONOMIA

É hora de acabar com a publicidade das "bets" (Artigo) 15

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

"A Moody's vai rebaixar o Brasil em dois ou três anos" 17

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Indústria cresce 0,1% em agosto, informa IBGE 19

O GLOBO - RJ - OPINIÃO
ECONOMIA

Melhor nota de risco não é motivo para complacência (Editorial) 20

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Risco-país cai 3% com melhora no Tating', mas fiscal preocupa 21

Quinta-Feira, 3 de Outubro de 2024

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
ECONOMIA

"Brasil está correndo severo risco fiscal", diz Márcio Holland 22

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
ECONOMIA

Cidades investem no primeiro semestre R\$ 42 bi, alta de 33% 25

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Alívio após ação da Moody"s tem fôlego curto 28

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Mercado espera BCE mais célere e já projeta novo corte nos juros neste mês 30

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

"Moody"s deu voto de confiança muito grande ao governo" 32

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Trump pode desacelerar PIB nos EUA, diz Morgan 34

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Campos defende separação entre crédito e "bets" 35

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Qual o risco Brasil? - DIÁRIO ECONÔMICO 36

DIÁRIO DO COMÉRCIO - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
ECONOMIA

Educação sobre jogos on-line é responsabilidade de todos - EDUCAÇÃO E NEGÓCIOS 37

A TRIBUNA - ES - ECONOMIA
SAQUE ANIVERSÁRIO

Autônomos podem ter consignado? 38

Governo volta atenção para caso de R\$ 20 bi no STF

Flávia Maia De Brasília

A poucos dias do retorno de um julgamento de impacto fiscal de R\$ 20 bilhões aos cofres públicos no Supremo Tribunal Federal (STF), a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) tem feito um trabalho de sensibilização dos ministros sobre o caso. A questão em jogo é a incidência do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) sobre empresas nacionais a partir dos lucros auferidos por coligadas e controladas instaladas no exterior em países que têm tratados com o Brasil.

O caso envolve a Vale.

Na quarta-feira (2), a procuradora-geral da Fazenda Nacional, Anelize de Almeida, a procuradora-adjunta, Lana Borges, e a procuradora da Fazenda Alexandra Maria Carvalho Carneiro estiveram no gabinete do ministro Cristiano Zanin.

A princípio, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, estaria presente, mas não compareceu devido a outros compromissos.

O julgamento está previsto para ser retomado no plenário virtual na sexta-feira (4). A análise do caso foi paralisada em maio deste ano por um pedido de vista do ministro Gilmar Mendes. Até a suspensão, apenas o relator, ministro André Mendonça, havia votado contra o recurso da União e a favor do contribuinte. Para Mendonça, os tratados internacionais assinados pelo Brasil inviabilizam a tributação dos valores no Brasil.

O caso se refere, especificamente, a um mandado de segurança impetrado pela Vale contra a **Receita Federal**, com o objetivo de afastar a incidência da "tributação automática" pelo IRPJ e pela CSLL sobre os lucros auferidos por sociedades controladas na Bélgica, na Dinamarca, em Luxemburgo e nas Bermudas.

A União recorreu ao STF depois de o Superior Tribunal de Justiça (STJ) afastar a cobrança dos **tributos**. O tribunal entendeu que a legislação brasileira não pode se sobrepor a tratados que visam evitar a bitributação.

A União entende que o STJ não seguiu a jurisprudência do STF e tornou mais vantajosa para o contribuinte a manutenção de ativos no exterior em comparação àqueles existentes no Brasil.

Defende também que há afronta direta ao texto constitucional. A União argumenta que o STJ afastou a possibilidade de aplicação do Método de Equivalência Patrimonial para definição da base de cálculo para tributação do lucro obtido pelas controladas. Equivalência patrimonial é um método contábil de avaliação de participação em outras empresas.

Procurada, a Vale informou que não vai se pronunciar sobre o caso.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/188002>

Planejamento tributário na atualização dos bens imóveis

A **Receita Federal do Brasil** (RFB) regulamentou a possibilidade de atualização de bens imóveis a valor de mercado, mediante o pagamento de alíquota reduzida do Imposto de Renda (IR), conforme disposto na Instrução Normativa (IN) da **RFB** No 2.222, de 24.09.2024 e nos Arts. 6o a 8o da **Lei** No 14.973, de 16.09.2024.

A novidade consiste na alternativa dos contribuintes optarem por atualizar o valor de bens imóveis para o preço de mercado, tendo até o dia 16.12.2024 para formalizar a sua adesão, por meio da Declaração de Opção pela Atualização de Bens Imóveis (DABIM). Essa DABIM já se encontra disponível no Centro Virtual de Atendimento (e-CAC), no site da **RFB**.

A **legislação tributária** passou a regulamentar a tributação da atualização dos bens imóveis a valor de mercado, com o recolhendo do tributo sobre o ganho de capital antecipadamente, antes da venda, com alíquotas reduzidas. A referida IN da **RFB** beneficia tanto as pessoas físicas, quanto as pessoas jurídicas, mas só é vantajosa para quem pretender vender o bem imóvel no médio e no longo prazo.

Para a pessoa física, será aplicada uma alíquota de 4% de IR sobre a diferença entre o valor de compra do bem imóvel e o valor atualizado. No caso das pessoas jurídicas, essas empresas pagarão 6% de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e 4% de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), no total de 10%.

Atualmente, as pessoas físicas pagam uma alíquota entre 15% a 22,5% de IR sobre o ganho de capital (valorização do bem imóvel ao longo do tempo) no momento da venda do bem imóvel. Já as pessoas jurídicas geralmente pagam 15% de IRPJ, acrescido do adicional de 10%, e 9% de CSLL, totalizando 34%, dependendo do regime de tributação da empresa.

Entretanto, para que o proprietário tenha o benefício integral das alíquotas reduzidas sobre o ganho de capital, é necessário esperar 15 anos para vender o bem imóvel. Porém, se o bem imóvel for vendido antes de decorrido 15 anos, a nova lei estabeleceu uma fórmula para dar mais benefício tributário à pessoa física ou jurídica que permanecer com o bem imóvel por mais tempo.

Na prática, o benefício fiscal será proveitoso apenas para quem vai trocar de bem imóvel, a partir do nono ou do décimo ano após a atualização. E, mesmo assim, haverá a tributação de

15% a 22,5% na pessoa física e de 34% na pessoa jurídica sobre a valorização patrimonial obtida, após a data de competência, em que o contribuinte recolheu os **tributos** com base nas alíquotas reduzidas.

A IN da **RFB** também prevê a atualização a valor de mercado de bens imóveis no exterior, desde que estes já tenham sido declarados. Portanto, o governo federal deseja antecipar **tributos** para atender a sua sede arrecadatória, tornando mais complexa a **legislação tributária** em vigor, com aumento de declarações acessórias (custo burocrático).

Por outro lado, dependendo da situação, pode ser uma boa oportunidade de planejamento tributário, nas pessoas físicas e jurídicas, com o objetivo de diminuir o recolhimento de **tributos** na atualização de bens imóveis, que já é tão excessivo em nosso país.

Site:

<https://edicaoimpressa.folhape.com.br/books/vudq/#p=1>

INSS apura descontos indevidos

Uma auditoria do Instituto Nacional de Seguro Social (**INSS**) apurou que aposentados e pensionistas tiveram R\$ 45,5 milhões descontados de forma indevida por associações sem fins lucrativos entre janeiro de 2023 e maio deste ano.

Nesse período, havia 33 entidades autorizadas pelo **INSS** a efetuar descontos de mensalidades associativas na folha de pagamento, desde que tivessem o consentimento dos titulares. Porém, mais de um milhão de descontos realizados não tinham sido autorizados.

O **INSS** também separou uma amostra de 603 requerimentos de exclusão dos descontos.

Em 329 desses casos (54,56%), os comprovantes da solicitação dos descontos não foram enviados ou eram insuficientes.

Segundo o relatório, nove entidades deixaram de enviar a documentação, e outras três enviaram, mas os dados foram insuficientes para comprovar a autorização dos descontos. O **INSS** informou que o resultado da auditoria foi encaminhado à Polícia Federal, e após isso serão tomadas "as medidas cabíveis".

COMO SE PROTEGER?

PARA PEDIR RESTITUIÇÃO

O segurado pode pedir o estorno das contribuições via Serviço de Atendimento ao Consumidor (SAC) da entidade associativa.

.....

MEU **INSS** OU 135

Outra opção é via **INSS**, pelo app, pelo site Meu **INSS** ou pela central de telefone 135.

.....

REGISTRAR RECLAMAÇÃO.

No site consumidor.gov.br ou nos Procons, ou na Ouvidoria, por meio do Meu **INSS** ou 135.

Site: <https://extra-globo.pressreader.com/extra>

Prêmio de loteria, PIS e atrasados do INSS; veja situações em que você pode ter dinheiro esquecido

Luciana Lazarini

Além do dinheiro esquecido no Sistema de Valores a Receber do Banco Central, que tem bilhões parados em bancos, administradoras de consórcio, cooperativas de crédito e instituições financeiras, brasileiros podem ter verbas de ações judiciais, prêmios de loterias e abonos esquecidos do PIS (Programa de Integração Social) e do Pasep (Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público). Saiba como resgatar os valores de cada um deles.

São valores pagos pelo **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) a quem ganhou na Justiça o direito de concessão ou revisão do benefício. As chamadas RPVs (Requisições de Pequeno Valor) englobam ações de até 60 salários mínimos (R\$ 84.720 em 2024). Já as ações com valores acima de 60 salários mínimos são pagas via precatórios, em lotes anuais. O dinheiro é pago pelos Tribunais Regionais Federais.

O valor é geralmente depositado em uma conta da Caixa ou Banco do Brasil, aberta pelo Judiciário. A consulta para saber se o processo já virou um atrasado (ou seja, se a Justiça já emitiu a ordem de pagamento e não há mais possibilidade de recursos para discutir se há direito ao valor) é feita no site do tribunal responsável pela região onde a ação foi iniciada.

Com o número do processo, é possível ver as informações públicas da ação e descobrir se o valor foi liberado. Outros detalhes podem ser acessados com a ajuda de um advogado.

No caso do TRF-3 (Tribunal Regional Federal da 3ª Região), que atende segurados de São Paulo e Mato Grosso do Sul, a consulta para saber se há precatórios ou RPVs emitidas pode ser feita por este link .

Segundo o tribunal, não há um prazo para o beneficiário solicitar o saque desses valores, pois a lei 13.463/2017, que estabelecia que a retirada deveria ser feita em até dois anos para o valor não ser repassado à União, foi declarada inconstitucional pelo STF (Supremo Tribunal Federal).

Receba no seu email o que de mais importante acontece na economia; aberta para não assinantes.

Carregando...

Os créditos do programa Nota Fiscal Paulista, que devolve parte do ICMS pago em produtos e serviços no Estado de São Paulo, têm validade de 12 meses após a liberação, então também é importante verificar se não há valores que podem ser recuperados antes de o dinheiro ser transferido para os cofres públicos do estado de São Paulo. Conforme a lei 12.685, os créditos que não forem utilizados em até 12 meses são cancelados.

Segundo a Secretaria de Estado da Fazenda do Estado de São Paulo, há no total R\$ 173.389.946,16 em créditos disponíveis nas contas dos participantes da Nota Fiscal Paulista que ainda não foram utilizados, distribuídos da seguinte maneira:

Pessoas físicas:

Pessoas jurídicas

A Fazenda afirma que não se trata de "dinheiro esquecido", pois somente quando a pessoa pede a transferência do crédito para sua conta é que ele se torna "dinheiro" para sair do caixa do Estado.

A consulta para saber se há créditos e para pedir a transferência de valores é feita no site oficial do programa: portal.fazenda.sp.gov.br .

Abonos do PIS e do Pasep podem ser sacados até dezembro do ano em que o calendário é liberado, mas também é possível ter direito a abonos de anos anteriores que ainda podem ser recuperados. Um total de 155 mil trabalhadores têm cerca de R\$ 127 milhões em abonos do PIS que podem ser sacados na Caixa até o dia 27 de dezembro, segundo o banco. Os valores são referentes ao calendário liberado em 2024, referente aos dias trabalhados em 2022, ano de referência para este pagamento.

O valor do abono varia de R\$ 118 a R\$ 1.412,

dependendo da quantidade de meses trabalhados em 2022. Se o beneficiário trabalhou o ano todo, receberá um salário mínimo integral.

A consulta para verificar se tem dinheiro parado do abono é feita no aplicativo Caixa Tem, no aplicativo Caixa Trabalhador ou no portal do Cidadão .

Têm direito ao abono do PIS que está sendo pago na Caixa até dezembro os trabalhadores que:

Os prêmios de loteria têm que ser sacados ou transferidos pelo ganhador em até 90 dias . Depois desse prazo, o valor é repassado integralmente ao Fies (Fundo de Financiamento ao Ensino Superior), conforme a lei 13.756/18. De janeiro a agosto deste ano, ganhadores de prêmios de loterias oficiais da Caixa deixaram de sacar R\$ 291 milhões e perderam esses valores.

O prêmio pode ser resgatado em qualquer lotérica, dependendo do valor, ou nas agências da Caixa. Caso o valor bruto (antes do desconto do Imposto de Renda) seja superior a R\$ 2.259,20, o pagamento pode ser feito somente nas agências da Caixa e é necessário apresentar comprovante de identidade original com o número do CPF e recibo de aposta original e premiado.

benefício do assinante

Você tem 7 acessos por dia para dar de presente. Qualquer pessoa que não é assinante poderá ler.

benefício do assinante

assine ou faça login

Site:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/10/premio-de-loteria-pis-e-atrasados-do-inss-veja-situacoes-em-que-voce-pode-ter-dinheiro-esquecido.shtml>

Bons ventos para a economia

RAFAELA GONÇALVES » RAPHAEL PATI

A melhora na classificação de risco do Brasil, pela agência Moody's, poderá ter impactos diretos na economia brasileira, na avaliação de especialistas. Na terça-feira, a agência elevou a nota de Ba2 para Ba1, com perspectiva de rating positiva, colocando o país a apenas um nível do chamado grau de investimento - um selo de bom pagador concedido pelas agências, que sinaliza aos investidores um menor risco de calotes.

"Investidores institucionais, que muitas vezes possuem restrições em investir em países com grau especulativo, podem agora começar a avaliar o mercado brasileiro com mais atenção", destaca Sidney Lima, analista da Ouro Preto Investimentos.

A melhora na percepção de risco tende a baixar os juros que o país paga para captar recursos no mercado internacional, o que pode reduzir a dívida pública e aumentar os investimentos em áreas prioritárias. Além disso, um grau de investimento fortalece a confiança interna, com impactos positivos no crédito e no consumo. Empresas brasileiras poderão acessar linhas de financiamento mais baratas, inclusive, no exterior, ampliando seus investimentos e, conseqüentemente, gerando mais empregos e crescimento econômico.

A agência atribuiu a elevação ao crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) do país acima do esperado e o histórico recente de reformas econômicas e fiscais. A instituição chamou a atenção para a trajetória de estabilização da dívida/**PIB**, que mostra o tamanho da dívida de uma nação em comparação com sua economia.

A Moody's ponderou que a mudança no rating soberano ocorre apesar de o arcabouço fiscal ainda ter "credibilidade moderada", como indicado pelo "custo relativamente elevado da dívida".

Também foi destacada a **reforma tributária** e a agenda de transição energética.

Encontro A revisão ocorre uma semana após o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, encontrarem-se com as agências de risco em Nova York, durante a viagem da comitiva brasileira aos Estados Unidos para a Assembleia Geral da ONU (Organização das Nações Unidas).

Na ocasião, o chefe da equipe econômica declarou que "não faz sentido o país não ter grau de investimento." Após a divulgação, o ministro comemorou a elevação da nota e ressaltou que o país está a um degrau do selo de bom pagador, mas reconheceu a necessidade de um trabalho nas receitas e despesas.

Felipe Salto, economista-chefe da Warren Investimentos, afirmou que a decisão não foi recebida com surpresa por quem acompanha as contas públicas brasileiras, mas lembrou que os desafios estruturais são muitos.

"O Orçamento geral é rígido, as indexações e vinculações amarram as contas do governo e o gasto cresce de modo insustentável.

É preciso de uma agenda de ajustes com foco na despesa para que se avance mais rapidamente em relação à redução do risco país, sem dúvida", disse.

Melhora da nota já atrai investimentos

Após a agência de risco norte-americana Moody's ter elevado a nota de crédito soberano do Brasil de Ba2 para Ba1, o Tesouro Nacional espera atrair novos investimentos estrangeiros para os leilões da Dívida Pública Federal (DPF). O coordenador-geral de Operações da DPF, Helano Borges, ressaltou que a tendência é de aumento da participação de não residentes na dívida.

Borges destacou que o fortalecimento das variáveis macroeconômicas do país, como o cumprimento do arcabouço fiscal, contribuiu para a elevação do rating. "O conjunto das informações macroeconômicas que a gente tem do país trazem uma solidez. Então, a gente tem, do lado externo, um investimento estrangeiro direto, um nível de reservas elevado", afirmou ontem, em entrevista coletiva sobre os resultados da DPF de agosto.

Sobre os preços, Borges afirmou que o Tesouro enxerga uma convergência da **inflação** para a meta definida pelo governo. Também projeta um aumento da percepção de consolidação fiscal. "Isso já está impactando na visão das agências de rating, a gente nota essa percepção diferente, quando trata com não residentes", destacou, ainda, o coordenador.

Em agosto, a DPF recuou 1,46% e fechou o mês em

R\$ 7,035 trilhões. As taxas de emissão da Dívida Pública Mobiliária Federal interna (DPMFi) apresentaram volatilidade, que, segundo o Tesouro, refletem as perspectivas de redução de juros nos EUA e de restrição monetária no Brasil.

Nesse período, as emissões da DPF somaram R\$ 107,89 bilhões e os resgates, R\$ 271,33 bilhões.

O destaque no mês foi para o pagamento de R\$ 257,08 bilhões de NTN-B entre vencimentos e pagamento de cupom.

"Investidores institucionais, que muitas vezes possuem restrições em investir em países com grau especulativo, podem agora começar a avaliar o mercado brasileiro com mais atenção" Sidney Lima, analista da Ouro Preto Investimentos"

Site:

<https://flip.correio braziliense.com.br/edicao/imprensa/6483/03-10-2024.html?all=1>

'Elevação da nota do Brasil é correta, mas trajetória da dívida preocupa', diz economista-chefe do J.P. Morgan

Mariana Barbosa

A decisão da agência Moody's de deixar o Brasil a um passo do chamado "grau de investimento" chancela um histórico de reformas e surpresas positivas no desempenho do **PIB**, mas pouco diz sobre a trajetória futura da dívida do país, analisa Cassiana Fernandez. A economista-chefe do J.P. Morgan para o Brasil está cética quanto à capacidade do país de estabilizar a relação entre a dívida e o **PIB** e classifica de preocupante a trajetória que se desenha daqui para frente.

Leia abaixo os principais trechos da entrevista à coluna com Cassiana, que também é chefe de pesquisa econômica para a América Latina no banco americano.

Como a sra. avalia a elevação da nota de crédito do Brasil pela Moody's?

É uma ação que olha bastante para o retrovisor. Na minha visão, ela é correta se analisarmos a fotografia do Brasil hoje e compará-la com a de seus pares emergentes. Se olharmos para critérios como dívida externa, reservas, etc., o Brasil sem dúvida se sobressai muito. As contas externas são muito sólidas. A decisão também vai na direção certa porque reconhece o avanço com as reformas que o Brasil vem fazendo desde 2016, do teto de gastos à **reforma tributária**. Por isso, considero que o Brasil já merecia esse upgrade há algum tempo. O que me surpreendeu foi o "timing". Além disso, o país ainda tem grandes pontos de fraqueza.

Começando por esses pontos de fraqueza, quais são eles?

O principal é o nível da dívida em relação ao **PIB**. Entre emergentes e países com a mesma classificação de risco, temos um nível mais alto, com um custo de carregamento elevado. A própria Moody's deixa isso bastante claro na nota. Mais até que o nível, o importante é olhar para sua sustentabilidade de longo prazo. Outro ponto de fragilidade, em comparação com outros emergentes, é o crescimento.

E por que o "timing" surpreende?

Porque, por mais que eu veja a fotografia do Brasil bastante saudável, tenho uma grande preocupação sobre qual será a dinâmica da dívida. Somos céticos quanto às chances de ela se estabilizar em torno de 82% do **PIB** (hoje está em 77,5%). Não vemos isso acontecendo. Nosso cenário-base não prevê que o governo conseguirá cumprir as metas primárias no ano que vem e em 2026, sobre o qual paira uma dívida ainda maior. A questão é menos sobre o resultado da meta em si e mais sobre a forma como elas estão sendo entregues e o que isso implica para o futuro. Cumprir a meta de 2024 por meio de antecipação de receitas futuras não é muito construtivo.

Como assim?

Um exemplo foi a medida da tributação dos fundos exclusivos, que é superpositiva para o alinhamento de regras, mas que concede desconto de alíquota para quem antecipar a tributação. Também há a questão da transparência das regras fiscais, com algumas iniciativas que tentam tirar da conta da meta algumas despesas, como os precatórios, e a discussão que tentou retirar o auxílio-gás do cálculo. O governo voltou atrás, mas isso mostra que parte dele quer gastar fora da meta. Ainda que os valores sejam pequenos, isso mina a credibilidade do arcabouço. O lado bom é que a equipe econômica, com apoio do presidente, conseguiu barrar uma série dessas medidas.

A Moody's menciona como ponto positivo o desempenho do **PIB**.

De fato, o Brasil acabou surpreendendo positivamente as projeções de crescimento. E é importante ressaltar que somos até mais otimistas que a Moody's quanto a isso. A agência prevê avanço de 2,5% este ano, e nós prevemos 3,2%, acima da média de mercado. Se estivermos certos, a vida do governo será mais fácil. Bastará que ele entregue algo no sentido da redução dos gastos obrigatórios.

O Executivo reclama que a Faria Lima se surpreende com o **PIB** porque tem má vontade com o governo

atual. Como a sra. avalia essas críticas?

Eu discordo dessa narrativa. As projeções da Faria Lima vêm subestimando o **PIB** há quatro anos, antes, portanto, de o atual governo assumir. Além do mais, as previsões do próprio governo erraram na mesma direção. Isso foi algo que aconteceu com a pandemia: antes, errava-se para cima. Quando erramos, revisamos os modelos. Quando isso acontece por quatro anos, há a suspeita de que possa haver alguma mudança estrutural na economia. Entre as coisas que hipoteticamente podem estar impactando o **PIB** potencial estão o salto no nível de "bancarização" e o advento do próprio PIX. Está muito claro que isso aumenta a produtividade, mas ainda não conseguimos quantificar porque não há muito parâmetro de comparação.

Uma das novidades que surgiram e parecem ter consequências macroeconômicas é o universo das bets. Já dá para entender seu impacto?

Fizemos um relatório que estimava que elas já movimentavam R\$ 10 bilhões por mês; o Banco Central soltou este mês um número acima de R\$ 20 bilhões. É muito dinheiro, mas ainda é cedo para calcular o eventual impacto no consumo, por exemplo. O que chama atenção é a velocidade do crescimento. Por isso faz todo o sentido o governo regular para evitar distorções. O medo é que as bets, além de consumirem uma parte significativa da renda disponível para outros gastos, impactem o endividamento das famílias. Esse impacto no crédito é o que mais me preocupa, porque uma hora a conta chega.

Qual impacto terá a mudança do rating na política econômica?

Os potenciais efeitos são dois. Um deles é construtivo: fortalecer a equipe e dar fôlego à necessidade de se reduzir o crescimento dos gastos obrigatórios. A Moody's deixou claro que o governo vai precisar tomar alguma medida nesse sentido. Por outro lado, há o risco de o governo usar a chancela da Moody's para entender que o que já fez é suficiente e que será ok entregar a meta a qualquer custo, sem se preocupar com a credibilidade do arcabouço.

Site:

<https://oglobo.globo.com/blogs/capital/post/2024/10/elevacao-da-nota-do-brasil-e-correta-mas-trajetoria-da-divida-preocupa-diz-economista-chefe-do-jp-morgan.ghtml>

Campanha mostra a importância da reforma administrativa para o desenvolvimento do país - COMÉRCIO EM PAUTA

A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) lançou, em 29 de setembro, uma campanha publicitária que defende a reforma administrativa como um fator de grande relevância para um serviço público com mais qualidade, eficiência e menos burocracia.

A campanha será amplamente divulgada na televisão, em veículos impressos e na internet. Na TV aberta, estará presente nos canais Globo, Record e SBT, com inserções até 6 de outubro.

Na TV fechada, terá inserções na GloboNews até 4 de outubro. A campanha também será veiculada nas edições impressas dos jornais O Globo e Valor Econômico, na revista IstoÉ Dinheiro, além do portal Metrôpoles e dos perfis proprietários da entidade nas redes sociais, como Facebook, Instagram, LinkedIn e TikTok.

A Confederação entende que a sociedade brasileira está suficientemente madura para discutir o que pode ser feito para aumentar a eficiência dos gastos da administração pública. "A situação fiscal não só ameaça o crescimento econômico, mas impõe um fardo adicional às empresas, que já lidam com uma das mais altas cargas tributárias do mundo", avalia o presidente do Sistema CNC-Sesc-Senac, José Roberto Tadros. "Sem uma reforma administrativa, o setor privado será diretamente afetado pela alta dos **impostos**, comprometendo sua capacidade de **competir e crescer**." [Acesse portaldocomercio.org.br/reforma-administrativa](http://portaldocomercio.org.br/reforma-administrativa) e saiba mais sobre a iniciativa da CNC.

PROJETO DO SESC ESTIMULA SETOR CULTURAL DO RIO GRANDE DO SUL COM APRESENTAÇÕES EM TODO O BRASIL

Como forma de contribuir para a retomada do setor cultural gaúcho, fortemente afetado pelas enchentes que atingiram o Rio Grande do Sul, o Sesc realiza entre os meses de outubro e dezembro o projeto "Circula Sesc - Artistas Gaúchos pelo Brasil". Serão 72 projetos de artes cênicas, música e literatura circulando por 18 estados e Distrito Federal, dentro das programações que o Sesc oferece regionalmente

ao público.

Os grupos foram selecionados por meio de uma convocatória pública voltada, exclusivamente, para artistas de municípios que decretaram calamidade pública. Ao todo, foram recebidas 525 propostas.

Entre os contemplados estão a Tribo de Atuadores Oi Nós Aqui Traveiz, de Porto Alegre, que teve a sede invadida pela água e o acervo perdido, e o Grupo Tia, de Canoas, formado por artistas de rua, que precisaram passar um período em abrigos.

Cada projeto contemplado irá realizar três apresentações, com cachê e todos os custos de hospedagem, alimentação e transporte arcados pelo Sesc. O primeiro estado a receber o circuito é Pernambuco, com apresentações nas cidades de Araripina e Surubim. Brasília também contará com apresentações em outubro. Até dezembro, o projeto percorrerá mais de 30 cidades.

SENAE PROMOVE FÓRUM PARA IDENTIFICAR PERFIL DO PROFISSIONAL BUSCADO PELAS EMPRESAS DE SAÚDE.

Considerando a grande preocupação com a inovação e o desenvolvimento de competências que estejam conectadas com as mudanças no mercado de trabalho, o Senac deu início, em setembro, ao Fórum Setorial de Saúde.

Esse espaço de escuta e diálogo com os representantes do setor visa a ampliar a compreensão sobre as transformações contínuas no segmento de Saúde, possibilitando ao Senac desenvolver as melhores soluções educacionais para formar trabalhadores capazes de atender às expectativas do setor produtivo e da sociedade.

Nesta edição, o Senac fará simultaneamente a prospecção e as entrevistas junto aos profissionais, que irão compartilhar experiências, perspectivas e desafios relacionados às suas funções.

O Fórum terá ainda a participação de especialistas de diversas áreas da Saúde, enriquecendo ainda mais o

debate.

O Fórum Setorial prossegue até novembro, e as empresas interessadas em participar podem se inscrever pelo site <https://forumsetorial>.

senac.br.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188002>

STF rejeita ações com impacto de R\$ 49 bi para União

DANIEL GULLINO

O Supremo Tribunal Federal (STF) rejeitou, por sete votos a dois, duas ações que questionavam a redução do percentual de ressarcimento de **impostos** para empresas exportadoras. Caso os pleitos fossem considerados pertinentes pela Corte, a União estimava um impacto de R\$ 49,9 bilhões nas contas do governo.

As ações questionavam a redução da parcela que o governo deveria ressarcir as empresas exportadoras participantes do Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (Reintegra), que foi criado em 2011 e regulado por leis federais aprovadas em 2014 e 2015.

Por meio do Reintegra, as empresas exportadoras têm direito a um crédito tributário correspondente a uma alíquota que varia de 0,1% a 3% sobre a receita auferida com a venda de bens ao exterior.

Em 2018, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e o Instituto Aço Brasil recorreram ao Supremo, questionando sucessivas reduções na alíquota, feitas pelo governo federal por meio de decretos. Os requerentes alegam que, embora tenha o poder de calibrar o percentual, o Poder Executivo não pode reduzi-lo discricionariamente e sem justificativa relevante.

O relator da ação no STF, ministro Gilmar Mendes, votou para rejeitar as duas ações, e foi seguido pelos ministros Dias Toffoli, Alexandre de Moraes, Flávio Dino, Cristiano Zanin, André Mendonça e Luís Roberto Barroso. Edson Fachin divergiu, e foi acompanhado por Luiz Fux.

Gilmar considera que o Reintegra é um benefício fiscal, e não uma imunidade tributária, e por isso a alíquota pode ser alterada pelo governo. Já Fachin apontou que o ressarcimento é um direito do contribuinte.

Ontem, o ministro André Mendonça afirmou que o governo federal tem direito à discricionabilidade de estabelecer a alíquota, mas não a uma "arbitrariedade": - A discricionabilidade pode e deve haver, e está prevista na consagração da variação desses percentuais. O que não pode haver é uma arbitrariedade. A discricionabilidade está estabelecida

na lei, dentro de parâmetros razoáveis, e que se justificam à luz da política que foi estabelecida.

MODELO ADEQUADO

O ministro Flávio Dino argumentou que o modelo é adequado por depender de fatores incertos, da economia mundial: - A técnica legislativa que foi usada é adequada exatamente a essas flutuações conjunturais dos ciclos econômicos, que dependem dos mercados internacionais -afirmou.

Flávio Dino acrescentou, dizendo que "não é inconstitucional a técnica utilizada, como ela é a técnica correta, considerando que é uma política pública de incentivo às exportações".

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/6483/03-10-2024.html?all=1>

É hora de acabar com a publicidade das "bets" (Artigo)

Eugênio Bucci

Eugênio Bucci JORNALISTA, É PROFESSOR DA ECA-USP

As casas de apostas online estão ganhando todas. O Brasil se entregou: transformou suas crianças, seus adolescentes e seus jovens em cacife de jogatina e os deu de presente para os cybercrupiês, os barões das "bets". Não é o governo que se perdeu sozinho, não é o Legislativo que ficou sem fichas, não é o Judiciário que dormiu no ponto, não é a sociedade que se deixou engrupir - todos juntos erraram e seguem errando.

A essa altura, o País inteiro já percebeu o estrago e se pergunta: existe como desfazer a besteira que foi feita?

As medidas que abriram caminho para os cassinos virtuais vieram aos poucos, em ondas sub-reptícias. Os passos se sucederam num minueto entre a gatunagem e a inépcia, até que de repente ficou explícito: a roleta digital engoliu a Nação, numa calamidade de saúde pública polvilhada com lavagem de dinheiro a céu aberto. Alguns dos parlamentares que votaram a favor de benesses agora se declaram arrependidos.

Acredite se quiser.

O quadro é ruim, tão feio que faz o velho jogo do bicho parecer passatempo de coroinha - santa fezinha.

As proporções da tragédia são brutais. Entre os beneficiários do Bolsa Família, calculase que 5 milhões estejam apostando R\$ 3 bilhões por mês, o que corresponde a 21% do dinheiro público investido no programa.

No mercado global de jogos online, o Brasil ocupa a terceira posição: movimenta cerca de R\$ 120 bilhões por ano, algo como 1% do Produto Interno Bruto (PIB), perdendo apenas para a Inglaterra e os Estados Unidos. Analistas estimam que o número vá crescer a galope.

Enquanto uns ganham os tubos, as novas gerações perdem tudo. Em reportagem de Victória Ribeiro, este jornal mostrou, na edição de domingo, que adolescentes recorrem a agiotas para pagar o vício.

Psiquiatras relatam que, nessa idade, as defesas cerebrais contra os impulsos ainda não estão formadas, o que deixa os clientes mais novos muito mais vulnerável.

Segundo estudiosos, os jogos de azar, para esse público, podem ser tão viciantes quanto o crack.

O que fazer? Um primeiro passo, entre tantas propostas atarantadas, cínicas ou inexecutáveis, seria proibir os anúncios das apostas online. A providência talvez seja interpretada como censura, mas é apenas sensata e regular. A vedação de publicidade comercial não fere em nada a liberdade de expressão. O direito de anunciar não tem o estatuto de garantia fundamental, é apenas um complemento, um acessório da atividade comercial.

A publicidade é uma licença para que os comerciantes divulguem suas mercadorias, e essa licença tem seus limites administrados na rotina de qualquer sociedade democrática.

Liberdade de expressão e propaganda comercial não se confundem nem se equivalem, são duas matérias tão distintas quanto o direito de ir e vir (garantia fundamental) e a proibição de se tráfegar na contramão (uma regra de trânsito ordinária).

Vários países, o Brasil entre eles, restringiram as campanhas de tabaco e bebidas alcoólicas e nem por isso arranharam a liberdade das pessoas.

Impedir alguém de anunciar armas de fogo para crianças não torna a sociedade menos democrática. De outro lado, franquear anúncios das "bets" para adolescentes não torna uma sociedade mais livre - torna-a, isto sim, mais doente.

É hora de acabar com a publicidade das casas de apostas online.

No sábado passado, o Estado defendeu essa medida em editorial (Paternalismo não resolve o problema das "bets"). A recomendação veio exposta em linguagem precisa: "O único caminho a seguir imediatamente é a proibição total da publicidade desses sites de apostas, assim como foi feito com as bebidas alcoólicas e com o cigarro".

Atualmente, o que está no ar é inaceitável. Campeões olímpicos e ídolos do futebol aparecem no horário nobre da TV para promover casas de apostas, em campanhas que monopolizam as programações esportivas.

Será esse um bom papel para atletas consagrados?

Eles estão agindo corretamente?

Ao emprestar sua imagem para esse tipo de assédio, eles melhoram a vida dos fãs? Claro que não.

Em 1976, o futebolista Gérson, que teve destaque na seleção brasileira de 1970, ao lado de Pelé e Tostão, estrelou uma peça promocional do cigarro Vila Rica, da empresa R. J. Reynolds.

Como o Vila Rica era um produto mais em conta que os concorrentes, o craque dizia preferir a marca porque gostava de "levar vantagem em tudo". A frase virou sinônimo de falta de ética e ganhou o nome de "lei de Gérson". O próprio sofreu muito com isso, mais do que merecia.

Agora, seus colegas de profissão estão causando um mal muito pior. E não é só isso.

Além de arrastar adolescentes para o vício, as empresas de apostas, segundo o editorial do Estado, ainda oferecem de brinde "uma evidente forma de lavagem de dinheiro do crime organizado". O negócio das "bets" sequestra o futuro da garotada e, ainda por cima, entope os meios de comunicação com anúncios nefastos. Ficou tudo muito difícil. Não há como livrar as pessoas da compulsão de apostar, mas, na publicidade abusiva, ao menos nela, a gente ainda consegue dar um jeito.

Não há como livrar as pessoas da compulsão de apostar, mas, na publicidade abusiva, ao menos nela, a gente ainda consegue dar um jeito

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

"A Moody"s vai rebaixar o Brasil em dois ou três anos"

LUIZ GUILHERME GERBELLI

ENTREVISTA: Samuel Pessôa, Doutor em Economia pela USP, é chefe do Centro de Crescimento Econômico do Ibre, vinculado à Fundação Getulio Vargas

Pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (FGV/Ibre), Samuel Pessôa tem uma avaliação mais negativa sobre o desempenho econômico do Brasil do que a agência de classificação de risco Moody"s, que deixou o País a um passo do grau de investimento. "O grau de investimento é superdistante.

Acho que a Moody"s vai rebaixar o Brasil daqui a uns dois ou três anos. Devem reverter a decisão que eles tomaram. É a minha impressão", afirma ele, ao Estadão. Pessôa enxerga uma série de desequilíbrios na economia brasileira que tornam o crescimento econômico e da dívida pública insustentáveis.

Mas avalia que será possível "empurrar com a barriga até o processo eleitoral" de 2026. A seguir, os principais trechos da entrevista: Qual é a avaliação do sr. sobre a decisão da Moody"s?

A decisão é muito baseada numa perspectiva de atividade melhor, num crescimento melhor e na avaliação de que o arcabouço fiscal, num prazo razoável, vai conseguir encaminhar os nossos desequilíbrios fiscais. Essas são as avaliações que os economistas da Moody"s fizeram. Acho que é uma avaliação legítima, mas eu, em particular, discordo. E discordo dos dois pontos.

Por que o sr. discorda?

É verdade que o crescimento brasileiro está bem melhor do que se imaginava, mas, no meu entender, é um crescimento insustentável.

É uma espécie de economia em marcha forçada - para a usar o título de um livro famoso nos anos 1980 sobre a economia brasileira no governo Geisel. O que significa?

Significa que a gente está crescendo bem, mas esse crescimento é turbinado por gastos públicos. E é insustentável porque estamos no pleno emprego.

Portanto, um crescimento turbinado por gastos públicos numa economia em pleno emprego é fortemente inflacionário no médio prazo.

Adicionalmente, a gente tem também uma insustentabilidade das contas públicas na dívida pública. Na minha empresa, a gente acabou de rever os números.

Achávamos que a dívida pública brasileira iria fechar em uns 83% ou 84% do **PIB** em dezembro de 2026, mas, hoje, estamos enxergando a dívida pública terminando 2026 em 86% do **PIB**. No terceiro mandato do presidente Lula, haverá um aumento de 14 pontos percentuais do **PIB** da dívida pública. E não conseguimos enxergar nenhum processo de estabilização, de reversão dessa tendência. Ou seja, do ponto de vista da dinâmica do endividamento, também estamos numa trajetória insustentável.

Quando coloco todos esses números, a minha visão é diferente da visão da Moody"s.

É uma visão mais negativa, então?

É mais negativa. Não tanto pela foto do País, mas o filme é ruim. Quando a gente fala sobre a insustentabilidade, ela não necessariamente se aplica à foto, mas se aplica ao filme.

Com esse cenário descrito, até quando a economia aguenta?

Essa é a dúvida de todo mundo, mas a gente tem algumas coisas que nos ajudam. O calendário eleitoral ajuda. Então, a impressão que tenho é de que a gente consegue empurrar com a barriga até o processo eleitoral.

O (governo) Lula 4 terá dificuldades em 2027, 2028.

Mas será um cenário que se assemelha ao do segundo governo da Dilma?

É um cenário muito parecido com o governo Dilma 2, mas numa intensidade bem menor.

Mesmo num período de mais dois anos e um trimestre de uma trajetória desequilibrada e insustentável, os

desequilíbrios que vão se acumular serão muito menores. 2027 será parecido com 2015, mas menos intenso.

que é fortemente inflacionário no médio prazo"

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

E por que, segundo o sr., será menos intenso?

Naquele período, a gente ficou desorganizando a economia durante muito tempo. A desorganização começou em 2007, mais ou menos. A desorganização da economia não começou com Dilma 1, mas no Lula 2. O que marca o início da desorganização da economia é a mudança no Ministério da Fazenda com a saída de Antônio Palocci e a ida de Guido Mantega.

Se você olhar as estatísticas, evolução do déficit primário estrutural, evolução das exportações líquidas como proporção do **PIB**, evolução da rentabilidade das empresas e salários correndo além da produtividade, você verá que essas quatro estatísticas pioraram muito entre 2007 e 2013, tomando 2006 como o ano-base de comparação. E a piora é mais ou menos constante. Ela não se acentua no governo Dilma.

Ela tem um ritmo de piora equivalente no governo Dilma e no governo Lula 2.

E por que os problemas demoraram a surgir?

Os problemas demoraram a aparecer porque o boom de commodities escondeu os problemas.

E, na verdade, ao contrário do que as pessoas acham, a recuperação da crise de 2008 foi muito rápida no mundo todo.

E o maior boom de commodities ocorreu após a crise. Então, não é verdade que a crise atrapalhou o Brasil. Nesse sentido, o presidente Lula tem razão.

Para nós, a crise foi uma marolinha, porque a China com os impulsos que praticou, naquela época, voltou muito forte. E essa volta chinesa muito forte gerou um aumento muito grande do preço das nossas commodities, e os termos de trocas ficaram muito bons.

O grau de investimento está longe, então?

O grau de investimento é superdistante.

Acho que a Moody"s vai rebaixar o Brasil daqui a uns dois ou três anos.

Devem reverter a decisão que eles tomaram. É a minha impressão.

"Temos um crescimento (da economia) turbinado por gastos públicos numa economia em pleno emprego, o

Indústria cresce 0,1% em agosto, informa IBGE

DANIELA AMORIM RIO

A indústria brasileira registrou ligeira alta de 0,1% na produção em agosto ante julho, na série com ajuste sazonal. Os dados são da Pesquisa Industrial Mensal, divulgada ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O pequeno avanço sucede uma queda de 1,4% registrada em julho ante junho, e de uma expansão de 4,4% em junho ante maio, o que demonstra que o saldo dos últimos meses permanece positivo.

"A recuperação durante o ano vem sendo influenciada pelos efeitos da forte dinâmica do mercado de trabalho, do expressivo crescimento da renda e da expansão do crédito. Diante do conjunto de informações disponíveis até o momento, após um ritmo de crescimento do setor acima do esperado nos últimos meses, a Fiesp (Federação das Indústrias de São Paulo) revisou a projeção da produção industrial de 2,2% para 2,9% em 2024", manifestou a entidade, em nota.

Entretanto, a Fiesp pondera que "o novo ciclo de aumento de juros tende a pesar contra a continuidade do processo de recuperação em curso para a indústria de transformação".

Para o Itaú Unibanco, o resultado da produção em agosto já é condizente "com alguma desaceleração da atividade econômica ao longo do segundo semestre do ano". Na visão da Tendências Consultoria Integrada, a indústria deve continuar beneficiada pelo consumo das famílias no curto prazo, "ainda que em menor ritmo do que no início de 2024".

"Contudo, a perspectiva de juros elevados por mais tempo, inclusive considerando o novo ciclo de alta da Selic iniciado em setembro, deve limitar a indústria ao longo de 2025, sobretudo nos setores mais sensíveis ao crédito. Como riscos a se ponderar, destacam-se a desvalorização cambial, que pode pressionar custos de insumos industriais, e os fenômenos climáticos extremos, que podem adiar decisões de investimentos no setor agropecuário e, por conseguinte, na agroindústria", avaliaram Felipe Novaes e Lais Leone, analistas da Tendências, em relatório.

Em agosto, a indústria cresceu pouco, com uma

composição "não muito boa", mas a perspectiva para o terceiro trimestre "parece positiva", na visão do economista-chefe da gestora de recursos G5 Partners, Luis Otavio Leal. "Mantemos nossa expectativa de expansão de 0,6% para o PIB (Produto Interno Bruto) do terceiro trimestre (alta de 3,1% em 2024), mas esperamos desaceleração gradual da economia a partir do último trimestre, principalmente por conta da diminuição do impulso fiscal e da política monetária, que permanecerá contracionista - e ficará ainda mais ao longo dos próximos meses", previu Leal, em nota.

A despeito do pequeno avanço de 0,1% na produção industrial nacional, houve retração em 18 dos 25 ramos pesquisados no período.

Revisão para cima Fiesp revisou a projeção da produção industrial de 2,2% para 2,9% em 2024

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Melhor nota de risco não é motivo para complacência (Editorial)

Não surpreende a comemoração do governo com a decisão da agência de classificação de risco Moody's de elevar a nota do risco soberano do Brasil para o nível imediatamente abaixo ao de bom pagador, ou grau de investimento. Há apenas cinco meses, a agência alterara a perspectiva brasileira para positiva, mas não era esperado novo anúncio tão cedo. Há motivo para celebração, mas também para cautela, devido à incerteza fiscal.

Na explicação para a decisão, a Moody's destaca o desempenho acima das expectativas. Pelos seus cálculos, o **PIB** crescerá 2,5% neste ano. Alicerçado nas reformas dos últimos anos, o patamar deverá continuar alto, diz a agência. É fato que as mudanças nas leis trabalhistas no governo Michel **Temer** melhoraram o ambiente de negócios. A independência do Banco Central na gestão Jair Bolsonaro pavimentou o caminho para uma política monetária confiável. E a nova arquitetura tributária, proposta no atual mandato de Luiz Inácio Lula da Silva e em via de ser regulamentada no Congresso, deverá elevar o potencial de crescimento da economia. Mas não foi só isso.

Na decisão, pesou a favor do Brasil a comparação internacional. "Há muitos países no mundo que enfrentam desafios fiscais, não só o Brasil", disse ao GLOBO Samar Mazziad, vice-presidente da Moody's para risco soberano. A agência reconheceu que a credibilidade do novo arcabouço fiscal é moderada, "conforme refletido em um custo relativamente alto da dívida". Para o Brasil chegar ao grau de investimento, precisa pôr em marcha um programa consistente de redução nos gastos obrigatórios, que contenha a trajetória ascendente da dívida pública. E algo, no mínimo, improvável no atual governo.

A análise benevolente da Moody's contrasta com a da maioria dos economistas brasileiros. A fotografia da economia no presente pode parecer boa, mas o filme que se descortina no futuro não é promissor. E não promete final feliz. O crescimento acima da expectativa resulta em boa parte da incúria fiscal, uma receita insustentável.

O Congresso aprovou no ano passado novas regras fiscais. Pela meta oficial, o objetivo é zerar o déficit em 2024. Já no primeiro ano, o Executivo decidiu usar a possibilidade prevista de ficar no vermelho, sem

apresentar justificativa plausível. A dívida como proporção do **PIB** cresceu em 2023 e deverá aumentar em todos os anos do terceiro mandato de Lula. A reversão da trajetória de alta é sempre empurrada para a frente.

Para corroer ainda mais a credibilidade do arcabouço, o governo tem retirado despesas do cálculo da meta. O dinheiro sai dos cofres públicos, mas não entra na conta oficial. Tais gastos, conhecidos como "parafiscais", vêm crescendo de bilhão em bilhão e, para avaliar o rombo, os analistas são obrigados a olhar as estatísticas oficiais e estimar o que foi excluído delas artificialmente.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, tem defendido a contenção de despesas em todos os níveis. Ele tem razão. O maior erro do governo seria achar que a nota da Moody's representa um salvo-conduto para gastar mais. As agências de risco já se enganaram com governos do PT. Entre 2008 e 2009, as três maiores concederam grau de investimento ao Brasil. Anos depois, a política expansionista de Dilma Rousseff fez as notas retroceder. É fato que agora o Brasil está a um passo do grau de investimento. Mas, sem controlar gastos, será um passo maior que as pernas do atual governo.

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/6483/03-10-2024.html?all=1>

Risco-país cai 3% com melhora no Tating', mas fiscal preocupa

PAULO RENATO NEPOMUCENO
paulo.renato@oglobo.com.br

Pelo segundo dia operando na contramão dos principais índices acionários mundiais -com Bolsas europeias encerrando em baixa e índices americanos beirando o zero -, o Ibovespa fechou ontem em alta de 0,77%, aos 133.514 pontos. O dólar cedeu 0,36%, a R\$ 5,44.

Para analistas, a elevação da nota de crédito do país pela Moodys, na terça-feira ajudou a Bolsa a subir, que chegou a superar 1% durante a manhã, mas perdeu fôlego no decorrer das negociações, com a desconfiança sobre o equilíbrio fiscal. Em reação positiva, o CDS de cinco anos, contrato que funciona como seguro contra calotes e que é conhecido como risco-país, caiu 3,2%, de 152 pontos para 147.

-A elevação da (nota pela) Moodys é uma notícia importante, que condicionou a alta. Estamos a um passo do investment grade, que pode atrair capital para a economia e reduzir juros futuros e o preço do câmbio. É uma ótima sinalização sobre reformas apresentadas ao longo dos últimos anos - afirma Lucas Carvalho, analista da Toro Investimento.

ESTOQUE ALTO NOS EUA

As petrolíferas também deram sustentação ao índice, depois que a cotação do barril do petróleo seguiu avançando diante da tensão no Oriente Médio, superando 2% de alta. Mas, durante o dia, com a informação que os Estados Unidos têm bastante estoque do combustível, a cotação no mercado internacional reduziu a alta. O contrato futuro do Brent para dezembro subiu 0,43% em Londres, a US\$ 73,90.

Com isso, as ações preferenciais (sem direito a voto) da Petrobras subiram 1,38% a R\$ 37,48, e 1,17% nas ordinárias (ON, com voto), a R\$ 40,79. Com a diminuição dos juros futuros, papéis mais sensíveis ao comportamento do crédito, voltados ao mercado interno, valorizaram, juntamente com bancos. O minério de ferro também voltou a subir nas Bolsas asiáticas, levando à apreciação dos papéis ligados ao setor siderúrgico. A Vale subiu 0,55%, a R\$ 64,17. Apesar do feriado da Golden Week na China, que fechou as Bolsas do país, a commodity subiu mais de 1% em Cingapura, valendo US\$ 109,35 a tonelada.

Depois de ter encostado nos R\$ 5,40 no início da manhã, a moeda americana reduziu a desvalorização ao longo do dia, mas encerrou ontem ainda em queda.

A elevação do rating pela Moodys também contribuiu para valorização do real, mas, para Daniel Miraglia, economista-chefe da Integral Group, o mercado segue desconfiado com a condução da política fiscal pelo governo. O próprio relatório da agência de classificação de risco frisa que equilíbrio fiscal é um desafio para os próximos anos.

SETOR EXTERNO FAVORÁVEL

Miraglia afirma que o fato de o governo mirar no limite inferior da meta de resultado primário -um déficit de 0,25% do PIB -, tem impacto direto no câmbio: -Se o governo voltar a mostrar compromisso com o centro da meta, não com a banda inferior, a gente pode ter melhora razoável do prêmio de risco. A sensação do mercado é que o governo mira a banda inferior, e pode escorregar. Se houver um menor crescimento, há menos arrecadação, e a meta pode não ser atingida.

Mas ele diz que o setor externo é positivo: -Os ventos externos são favoráveis. Os EUA caminham para um "pouso suave", e a China lançou esse pacote de incentivos, que ajuda a valorizar commodities.

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/6483/03-10-2024.html?all=1>

"Brasil está correndo severo risco fiscal", diz Márcio Holland

Anaís Fernandes De São Paulo

Não só frustrações recorrentes com resultados fiscais viraram a realidade do Brasil nos últimos dez anos, como, nos próximos dez, isso deve continuar, alerta Márcio Holland, professor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV EESP). "Infelizmente, o Brasil não endereçou o assunto fiscal como deveria." Para o economista, o quadro atual lembra o que ele via em 2013 e 2014, quando era secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda. Naquela época, diz, o ajuste fiscal foi adiado para 2015, depois das eleições presidenciais que reconduziram Dilma Rousseff (PT) a um breve segundo mandato.

"Quando você adia ajuste fiscal, o custo de o equilíbrio ser alcançado é muito maior. Foi isso que aconteceu com o Brasil de 2013 a 2017 e é isso que tende a acontecer agora." Com eleições em 2026, um Brasil polarizado politicamente e o pleito municipal deste ano antecipando a disputa majoritária futura, Holland diz ver chance de o ajuste continuar sendo adiado. "O Brasil está correndo severo risco fiscal." Para Holland, o atual ministro da Fazenda, Fernando Haddad, tendo sido "uma contenção" e "uma âncora muito importante".

Por outro lado, aponta, Haddad tentou conduzir um equilíbrio fiscal com esforço via arrecadação.

"Eu lamento muito que a agenda de gastos começou a aparecer só agora", diz Holland. "E eu lamento muito que vai ficar tarde. A gente vai ter um Lula 3 muito parecido com Dilma 1", afirma.

O crescimento mais forte do Produto Interno Bruto (**PIB**) até ajuda o fiscal no curto prazo, reconhece o professor. "Agora, quanto tempo isso vai durar?", questiona. "Na beira do abismo, a gente está se equilibrando." No fim de 2010, Holland se preparava para dar um tempo da função de pesquisador no Brasil, ficar um ano como visitante na Universidade Columbia, nos Estados Unidos, e se dedicar a um livro-texto sobre finanças internacionais, quando recebeu telefonema com convite para integrar a equipe da Fazenda de Guido Mantega, onde ficou até o fim de 2014. Prestes a completar dez anos, seu livro "A economia do ajuste fiscal: por que o Brasil quebrou?" (editora Elsevier, 2015) é, segundo Holland,

fruto de notas internas que ele foi escrevendo ao longo daquele ano sobre suas preocupações com os caminhos da economia brasileira.

Veja a seguir os principais trechos da entrevista.

Valor: Em 2024, faz dez anos da reeleição de Dilma Rousseff, do início da recessão mais longa e profunda, simultaneamente, da história do Brasil e também da sua saída do cargo que ocupava no Ministério da Fazenda. Como foi esse momento?

Márcio Holland: Entrou o Joaquim Levy [como ministro] e nem houve discussão sobre continuar, porque você entra em exaustão, nem considera a possibilidade. O governo queria que eu continuasse em outra posição, mas eu optei por sair. Sempre achei que ia sair pouco depois, mas fiquei muito tempo. Fui o secretário de Política Econômica mais longo da história do ministério. Não sei se isso é bom ou ruim. Fiquei até dezembro de 2014, com algumas incumbências para janeiro de 2015, porque tinha a discussão das medidas de ajuste fiscal. Ao longo de 2014, preparamos corte de gastos, recuperação de arrecadação, reestruturações - o que depois foi chamado de "Plano Levy". Esse pacote estava pronto, mas era difícil de anunciar [em 2014], era ano de eleição.

Valor: Qual era o clima na Fazenda no fim de 2014? Havia a leitura de que uma crise se instaurava?

Holland: De janeiro para fevereiro de 2014, fiz várias reuniões com economistas de bancos para discutir a questão fiscal. Preparei, inclusive, nota sobre isso e coloquei a possibilidade de rebaixamento da nota de crédito do país. O problema de governo é que você vive uma certa solidão, às vezes, não pode compartilhar. Mas era uma situação na qual, já em janeiro de 2014, estava muito claro que o Brasil ia ter dificuldades fiscais. Esse problema era identificável, na verdade, desde meados de 2012, só que a presidente [Dilma] tinha popularidade muito alta. Mas 2013 já foi ruim, teve muita movimentação de falar que houve fechamento das contas públicas com contabilidade criativa. Obviamente, isso cria embaraços internos. Houve também as intervenções na energia, alterando contratos, e o setor ficou bem mal humorado. Começa a ter deterioração do ambiente, de modo que, quando acaba 2014, fica muito claro que o país estava com dificuldade de fechar as contas.

Valor: No seu livro, que também foi escrito há quase dez anos, o sr.

diz arriscar antecipar que frustrações recorrentes com resultados fiscais seriam a nova realidade brasileira.

Isso se concretizou?

Holland: Eu tenho convicção de que, nesses últimos dez anos, sim.

E eu lamento informar que, nos próximos dez, também. Infelizmente, o Brasil não endereçou o assunto fiscal como deveria. Muito menos no governo em que eu estava, que foi um governo em que houve expansão de gastos, aumento de desonerações. Em boa parte, isso ocorreu por causa da crise na Europa em 2011, 2012, mas, depois, perdeu o sentido. Tinha de fazer a retirada das medidas, que foi adiada para depois das eleições de 2014. Só que, quando você adia ajuste fiscal, o custo de o equilíbrio ser alcançado é muito maior. Foi isso que aconteceu com o Brasil de 2013 a 2017 e é isso que tende a acontecer agora. Daí, a grande simetria desse tempo. Nós estamos adiando um ajuste fiscal. E eu estou antecipando, com riscos de análise, que, como há eleições em 2026, o Brasil se polarizou muito mais e as eleições majoritárias já estão em jogo nas eleições municipais, existe uma chance de a gente adiar esse ajuste de novo. O Brasil está correndo severo risco fiscal.

Valor: O sr. diz, também no livro, esperar que os erros cometidos naqueles últimos anos sirvam de aprendizado. Olhando o governo Lula 3, acha que aprenderam?

Holland: Eu acho que, hoje, diferente do ministério em que eu estava, o Fernando Haddad está tentando conduzir um equilíbrio fiscal, com esforço via arrecadação.

Eu lamento muito que a agenda de gastos começou a aparecer só agora e não de forma genuína. E eu lamento muito que vai ficar tarde. A gente vai ter um Lula 3 muito parecido com Dilma 1, que foi um período em que, em certo momento, já havia a necessidade de ajuste fiscal, sobretudo a partir de 2012. No caso do Haddad, eu diria que, desde o início do governo, ele deveria ter anunciado o arcabouço com medidas de corte de gastos, além de recuperação de arrecadação.

Valor: O corte de despesas veio tarde e de modo insuficiente? Porque ele tem sido muito baseado, por ora, em pente-fino de benefícios. Holland: O que ficou extremamente grave. Se você olhar a evolução dos benefícios, do Benefício de Prestação Continuada (BPC), é impressionante: em dez anos, ele aumentou

três vezes [em valores].

Valor: No livro, o senhor fala muito de pensão por morte. Agora, temos a questão do BPC. Estamos sempre às voltas com algum programa social mal desenhado?

Holland: É preciso rever todos os critérios de elegibilidade de todos os programas de transferência de renda. Uma coisa que também assusta muito são os benefícios de Previdência no Orçamento, que beiram R\$ 1 trilhão, ou 47% da receita líquida. Praticamente metade da receita líquida vai para uma única rubrica. A conta não fecha.

Valor: Economistas têm dito que é grande a chance de o governo conseguir cumprir, ao menos neste ano, a meta de resultado primário, no limite inferior da banda. Holland: Não gera redução de dívida.

O arcabouço foi construído com regras de déficit primário, primário zero e pequenos superávits, e nenhum desses superávits é suficiente para estabilizar a dívida.

Além disso, estamos em um ciclo de alta de juros. A dívida está piorando em denominação, vai piorar em maturidade e está crescendo. O novo arcabouço fiscal não ancora a economia para o médio prazo.

Portanto, não é sustentável.

Valor: Qual é seu prazo?

Holland: Em janeiro de 2027, um novo governo vai ter de anunciar uma nova regra fiscal. Em 2016, anunciamos o teto de gastos. Não durou muito. O governo anterior [de Jair Bolsonaro] teve de fazer cinco emendas constitucionais para mudar a regra do teto para fazer os gastos caberem na regra.

Valor: Se o crescimento começar a surpreender negativamente, o risco fiscal fica mais latente?

Holland: A nossa situação atual parece contraditória. Porque, a gente olha a economia e temos boas notícias. Vemos o Mistério da Fazenda desejando muito ter boas entregas fiscais, tentando segurar o lado de gasto do resto do governo.

O Haddad, hoje, é uma contenção, é uma âncora muito importante nesse processo. Mas, ao mesmo tempo, a qualquer início de frustração do crescimento e da arrecadação, a conta não vai fechar. E vamos entrar em um desespero muito grande. Prevejo que isso tende a ocorrer até o fim de 2026.

"Em janeiro de 2027, um novo governo vai ter de

anunciar uma nova regra fiscal" Márcio Holland

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188002>

Cidades investem no primeiro semestre R\$ 42 bi, alta de 33%

Marta Watanabe De São Paulo

Caixa ainda alto e receitas impulsionadas por crescimento econômico e repasses da União permitiram às prefeituras acelerar investimentos em ano de eleição.

Os municípios brasileiros investiram no primeiro semestre R\$ 42,2 bilhões, valor que representa alta real de 32,8% contra igual período do ano passado. O movimento foi concentrado, puxado pelas cidades mais populosas.

Quase um terço - 31,7% - dos investimentos veio de um grupo de 45 municípios com mais de 500 mil habitantes, com valor agregado de R\$ 13,4 bilhões.

Estendendo o universo para cidades com população acima de 200 mil habitantes, são 153 municípios que investiram total de R\$ 19,3 bilhões, o que significa 45,7% do total, sempre de janeiro a junho.

Os números são de levantamento do Valor com dados de 5.077 municípios que somam 199,73 milhões de habitantes, o equivalente a 94% da população brasileira. Foram consideradas prefeituras que apresentaram para os dois períodos todos os dados observados. São hoje, no país, um total de 5.570 cidades brasileiras que já possuem código do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O levantamento mostra que as despesas correntes subiram 10,5% reais no agregado dos municípios, um pouco abaixo do ritmo das receitas correntes, que cresceram 12%. As transferências correntes, que incluem repasses obrigatórios, como o do ICMS estadual e as transferências federais, via Fundo de Participação Municipal (FPM), avançaram em ritmo mais acelerado, de 15,7%, enquanto a arrecadação própria subiu 9,6%. As despesas de pessoal ainda estão relativamente contidas, com alta de 6,6%, sempre no primeiro semestre de 2024 contra igual período de 2023, com variações reais.

O levantamento baseou-se em relatórios fiscais entregues pelos municípios à Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e consideram receitas realizadas e despesas liquidadas. Os valores de 2023 foram atualizados pelo IPCA até junho deste ano.

Os dados, destaca Gabriel Leal de Barros, economista-chefe da ARX, mostram que há uma expansão fiscal via Estados e municípios.

"Isso ajuda a explicar um pouco também essa surpresa na atividade econômica, com expansão fiscal por canais menos tradicionais, já que se pensa mais nesse movimento via União." "Os investimentos estão voando", diz o economista, que foi diretor da Instituição Fiscal Independente (IFI). "A foto do primeiro semestre mostra uma receita forte que está ajudando a sustentar esse nível de gasto também forte, mas se olharmos para frente, talvez já em 2025 o cenário seja um pouco diferente." Manoel Pires, economista e coordenador do Observatório de Política Fiscal do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV Ibre), ressalta a incerteza sobre a continuidade do ritmo de crescimento das receitas num momento em que as despesas demandam um "ponto de atenção".

O aumento de investimentos num ritmo mais acelerado que o crescimento das receitas foi propiciado por caixa ainda em níveis elevados. Choques sucessivos, como a pandemia de covid-19 e as altas cotações de commodities, resultaram em transferências federais extraordinárias a Estados e municípios e elevação de arrecadação, principalmente em 2022.

Embora esse quadro tenha ficado para trás, há uma situação financeira relativamente favorável para os próximos prefeitos, por conta do ciclo de crescimento, aponta Pires. "Estamos com três anos [com PIB] crescendo na casa dos 3%, o que favorece qualquer gestão fiscal. E com o novo arcabouço fiscal do governo federal, há uma redistribuição importante de receitas para as prefeituras acontecendo via FPM." Os novos prefeitos, diz Pires, irão assumir com "boa capacidade para deixar a casa arrumada" e para conseguir abrir espaço para investir mais na infraestrutura.

"Tirando alguns problemas pontuais crônicos em termos fiscais, o quadro para os prefeitos é positivo.

A discussão que vem é de gastar bem, com qualidade." "Há um crescimento de receita bastante significativo no semestre.

Quando se considera as receitas correntes e as transferências correntes, os dados mostram que o maior crescimento de receita tendeu a acontecer nos municípios menos populosos. As transferências correntes se mantêm crescendo mais que as receitas correntes. O ajuste do ministro Haddad [Fernando Haddad, ministro da Fazenda] distribuiu muito para os municípios, principalmente para os menos populosos, mais favorecidos na distribuição do FPM", avalia Pires. A fonte mais importante desse fundo, explica, é a arrecadação de Imposto de Renda, tributo no qual está centrado grande parte do esforço fiscal do governo federal por elevação de receitas.

Pelo levantamento, as receitas com transferências correntes nas cidades com até 10 mil habitantes cresceram 18,9% reais, 3,2 pontos percentuais acima da taxa média do total de municípios.

Nas cidades com mais de 10 mil até 50 mil habitantes, a alta foi de 20,3%. Na faixa acima, de mais de 50 mil a 100 mil habitantes, o crescimento foi de 16,9%. Nos municípios mais populosos o ritmo foi bem menor, de 10,5% nas com mais de 500 mil habitantes e 12,1% na faixa imediatamente abaixo, com mais de 200 mil a 500 mil moradores.

A transferência corrente ajudou a dar o ritmo de parte da receita corrente, que cresceu de forma mais acelerada nas cidades menos populosas, com alta real de 15% e de 16,9% nas faixas de até 10 mil habitantes e nas cidades entre 10 mil e 50 mil moradores, nessa ordem.

Já nas cidades com população acima dos 500 mil e entre 200 mil e 500 mil o crescimento foi de 8,2% e 10,4%, respectivamente.

Sempre no primeiro semestre de 2024 contra igual período de 2023, em variações reais.

Nas despesas o padrão é outro, destaca Pires, com crescimento maior nos municípios mais populosos.

O levantamento mostra que a despesa corrente subiu 11,7% nas cidades com mais de 500 mil moradores e 6,8% nas menores, com até 10 mil habitantes, na mesma comparação.

Leal de Barros, da ARX, destaca que nos municípios mais populosos o gasto cresceu em ritmo maior que a receita. Nas cidades da faixa de mais 200 mil a 500 mil moradores a despesa corrente avançou 0,9 ponto percentual acima da receita corrente de janeiro a junho contra iguais meses de 2023. Na faixa acima de 500 mil habitantes, o descompasso foi maior, de 3,5 pontos percentuais. "Há um descasamento relevante nos mais populosos.

Nas demais faixas, a receita cresce em taxa mais alta que a despesa, embora muito ancorada nas transferências." Há no geral, ressalta Pires, do FGV Ibre, um processo de recuperação da despesa corrente que se iniciou desde 2022, quando os Estados e municípios ficaram mais livres para contratações e reajustes salariais, após a restrição vinda da legislação que veio com a pandemia de covid-19.

"Esse processo preocupa um pouco. Por enquanto a receita está crescendo mais, mas não se pressupõe que ela crescerá dessa forma por muito tempo. Eventualmente isso pode gerar algum problema mais à frente se essa despesa continuar crescendo nesse ritmo." Há sempre um temor de perda de fôlego da arrecadação, diz Leal de Barros. "Como grande parte da despesa é obrigatória, fica evidente o risco de desequilíbrio." Devemos ter no ano que vem, diz, um quadro muito diferente do choque de commodities, que ajudou a arrecadação. "A China está passando por um problema bem complicado e isso está se traduzindo em cotações de commodities mais baixas, tanto nas agrícolas, como nas metálicas e energéticas. Há uma defasagem para isso bater na receita, mas o quadro pode ficar mais evidente em 2025." O segundo vetor, diz Leal de Barros, o das transferências correntes, também pode desacelerar. "Estamos vendo sinais de que o Congresso não vai aprovar essa agenda de aumento de arrecadação que o governo colocou na mesa. O terceiro vetor é o **PIB**. Devemos ver uma acomodação do crescimento da economia. Por enquanto o **PIB** também aponta para desaceleração, mas isso também depende da política fiscal do governo." Giovanna Victor, secretária de Fazenda de Salvador, diz que o aumento de investimentos em 2024 fez parte da "completude de mandato". "Foi o nosso planejamento.

Os governos querem fazer entregas dentro do período de mandato. Faz-se um desenho do ciclo, no começo um pouco mais austero. Depois, com o amadurecimento dos investimentos, são feitas as entregas." Os dados dos relatórios fiscais mostram que no primeiro semestre os investimentos da capital baiana somaram R\$ 882,2 milhões, com alta de 178,8% reais em relação a iguais meses de 2023. A perspectiva, diz Victor, é manter ritmo semelhante nos próximos meses e terminar 2024 com aumento de cerca de 150% nos investimentos em relação ao ano passado. Entre as principais destinações, cita a secretária, estão educação, saúde e infraestrutura, incluindo obras para mitigação de impactos das mudanças climáticas.

Salvador é a quarta dentre as cinco cidades mais populosas do país. Primeiro vem São Paulo, seguida

de Rio de Janeiro e Fortaleza.

Em quinto está Belo Horizonte.

As cinco capitais tiveram elevação de investimentos no primeiro semestre contra igual período de 2023. Em São Paulo a alta foi de 77,6%, no Rio de Janeiro, de 47,2%, e na capital cearense, de 70,5%. Em Belo Horizonte o aumento foi de 26,9%, sempre em variações reais.

Com medidas de administração tributária e a ajuda de um Refis, para estimular o pagamento de débitos tributários de ISS e IPTU, a arrecadação própria da prefeitura soteropolitana subiu 20,9% no primeiro semestre contra iguais meses de 2023. O ritmo ficou acima da alta das transferências correntes, que cresceram 13,9%. As receitas correntes cresceram 13,3%, em ritmo menor que o das despesas correntes, com alta de 22%.

Victor destaca o desempenho da arrecadação do Imposto sobre Serviços (ISS) tributo municipal mais importante. Essa receita, aponta, cresceu 18,3% de janeiro a agosto de 2024 contra iguais meses de 2023. "Isso reflete a atividade econômica, principalmente em serviços de educação, saúde, tecnologia e construção civil. O turismo está forte e rende indiretamente, porque as empresas contratam serviços e o setor também ajuda a gerar renda e consumo. Em setembro, época considerada de baixíssima temporada em Salvador e mesmo sem emenda de feriados, foi registrada uma ocupação de 93% da rede hoteleira da cidade." A despesa corrente do município, diz, foi pressionada este ano por alguns reajustes de contratos, como o da coleta de lixo. Há também, relata, aumento de despesa puxado por investimentos.

"Por exemplo, inauguramos um restaurante popular no qual servimos 5 mil refeições por dia. A cada restaurante popular ou quando se abre um CREAS [Centro de Referência Especializado de Assistência Social], há contratações, mesmo que seja uma OS [Organização Social] ou um terceirizado.

Então a [despesa] corrente realmente cresce."

"A discussão que vem agora é de gastar bem, com qualidade." Manoel Pires

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188002>

Alívio após ação da Moody"s tem fôlego curto

Arthur Cagliari, Gabriel Caldeira e Maria Fernanda Salinet De São Paulo

Na esteira da surpresa com a elevação do rating soberano brasileiro pela agência de classificação de risco Moody"s, a expectativa de um bom desempenho dos ativos domésticos se concretizou, mas perdeu fôlego ao longo da sessão de ontem e não se sustentou nos mercados de câmbio e de juros - justamente os mais sensíveis à decisão. O Ibovespa conseguiu resistir às pressões, assim como o risco Brasil medido pelos contratos de CDS de cinco anos. O mercado, porém, seguiu cético e mostrou alívio nulo nos juros de longo prazo, que costumam captar melhor o sentimento dos agentes quanto aos riscos fiscais.

No mercado de juros, a taxa do DI para janeiro de 2031 ficou parada em 12,34%. A ausência de movimento também foi vista nos juros reais de longo prazo, já que a taxa da NTN-B para agosto de 2060 encerrou o dia estável, a 6,440%. Da mesma forma, a valorização do câmbio se mostrou contida, com o dólar negociado a R\$ 5,4441, em queda de 0,36%, após ter caído a R\$ 5,4050 na mínima do dia.

O comportamento dos ativos financeiros globais teve influência na dinâmica local, na medida em que tanto o dólar quanto os rendimentos dos Treasuries terminaram a sessão em alta. Apesar disso, o fato de o impacto da boa notícia trazida pela Moody"s ter tido um tom positivo diluído ao longo do dia revelou, na avaliação de participantes do mercado, a continuidade dos desafios fiscais no Brasil como um fator que mantém os prêmios de risco elevados.

"Pode parece absurda" a decisão da agência de elevar a nota de crédito e manter a perspectiva positiva, mas ação revela uma atenção maior ao crescimento econômico pela Moody"s, aponta o economista-chefe da XP Asset Management, Fernando Genta. "E, de fato, o Brasil vem crescendo bem, mas eu acho que é o máximo que a gente consegue alcançar", diz.

Para Genta, que já foi secretário adjunto do Ministério da Economia, a questão fiscal se mostrará "cada vez mais desafiadora", o que pode impedir que o Brasil alcance o selo de grau de investimento no futuro próximo.

"Se duas das três agências tiverem grau de

investimento [para o Brasil], abriria espaço para o investimento institucional lá de fora. Isso poderia pressionar para baixo o juro longo, o que é benigno para o país. Mas a gente continua achando que o fiscal vai se mostrar cada vez mais desafiador", afirmou Genta durante transmissão ao vivo do "call" de outubro da XP Asset.

Da mesma forma, o gestor macro Eduardo Cotrim, da JGP, nota que a elevação da nota de crédito do Brasil pela Moody"s destoa do ambiente de dificuldade do Tesouro Nacional em vender títulos prefixados devido ao nível elevado dos prêmios de risco no mercado de juros. "E, quando se avalia a dívida doméstica, o perfil da dívida também é relevante", avalia.

Para Cotrim, o aumento na quantidade de títulos indexados à Selic na composição da dívida, e consequente redução dos papéis prefixados, foi um ponto de alerta no mercado. "Ao mesmo tempo em que o Tesouro está revisando sua meta de perfil de dívida - com metas menos ambiciosas, por não ter conseguido colocar título prefixado sem ter que pagar prêmio -, há um "upgrade" de rating de dívida. São coisas antagônicas." O gestor explica que, para os agentes econômicos, o rating é uma referência, mas não necessariamente vai orientar os mercados.

"Muitos economistas foram pegos de surpresa - e economistas que fazem o "dever de casa" e olham os dados de dívida e a vontade do governo em fazer cortes de gastos estruturais", afirma.

"Historicamente, movimentos de elevação e rebaixamento sempre foram antecipados pelo mercado.

Desta vez, houve uma percepção de que, de repente, as agências foram mais lenientes [com a questão fiscal] do que a Faria Lima está sendo", enfatiza Cotrim.

A surpresa maior, na avaliação do gestor, ficou com o fato de a Moody"s, além de elevar o rating, já dar uma perspectiva positiva.

"Normalmente, as agências dão um viés primeiro, o que eles chamam de "perspectiva", antes de mudar a nota. E, quando mudam a nota, costumam deixar o viés neutro.

O fato de a Moody's ter dado um "upgrade" e ter mantido o viés positivo é como se ela estivesse dando dois passos de uma vez só." Não foi à toa que, ao menos no movimento do risco país, houve uma queda relevante. Entre o fechamento de terça-feira e o de ontem, o CDS de cinco anos do Brasil caiu relevantes 4%, para 146,0 pontos, de acordo com dados divulgados pela S P Global. Na mesma base comparativa, também houve melhora nas medidas de risco-país de outros mercados emergentes, mas não tão intensa quanto o desempenho do risco Brasil. O CDS de cinco anos do México recuou 2,01%; o da Colômbia teve queda de 0,9%; e o da África do Sul registrou alta de 0,8% ontem.

Entre participantes do mercado, houve quem notasse que, ao longo do tempo, há um alívio relevante no CDS brasileiro ao se comparar com os contratos de outros mercados emergentes, como o México, que tem grau de investimento. O spread entre os CDS de cinco anos dos dois países, inclusive, chegou a 28,3 pontos, o que pode indicar, na visão do mercado, um "gap" menor entre as notas dos dois países.

Além do risco país, também a bolsa brasileira colheu frutos, embora também tenha perdido gás ao longo da sessão, ainda que de forma menos intensa que os outros ativos domésticos. O Ibovespa encerrou o dia em alta de 0,77%, aos 133.515 pontos, após ter encostado nos 135 mil pontos na máxima.

Para o gestor de renda variável Rodrigo Mello, da Tenax Capital, a mudança da avaliação da agência não pode ser vista de forma isolada para justificar a alta do Ibovespa. "É muito mais relacionado à melhora do crescimento econômico nos últimos meses e ao histórico de reformas que foram realizadas", avalia.

Ainda que seja uma notícia positiva, Mello ressalta que a dinâmica da política fiscal é algo que preocupa bastante os agentes. "O cenário fiscal tem sido muito desafiador.

Acho que o governo tem uma excelente oportunidade para potencializar essa alteração de rating se realizar medidas efetivas de redução dos gastos", afirma.

É justamente na questão fiscal que o gestor macro Gustavo Menezes, da AZ Quest, continua a apontar como uma preocupação.

Para ele, a trajetória da dívida pública sugere um "caminho longo" até o grau de investimento.

"Eu vejo a manutenção da perspectiva positiva como uma sinalização de que os riscos não são tão grandes de haver uma frustração do ponto de vista da

Moody's. E acho que isso não é verdade. Os desafios são muito grandes", diz Menezes, para quem a elevação do rating brasileiro foi "surpreendente", uma vez que "as notícias recentes não são as melhores possíveis".

O gestor da AZ Quest destaca que a relação entre a dívida pública e o PIB tem crescido ao passo em que os juros reais sobem, o que aumenta o serviço da dívida e pode gerar uma "situação perigosa".

"Continuamos achando que o lado fiscal doméstico vai se mostrar cada vez mais desafiador" Fernando Genta

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188002>

Mercado espera BCE mais célere e já projeta novo corte nos juros neste mês

Cristiana Euclides e Eduardo Magossi De São Paulo

O mercado já começa a ser mais incisivo nas apostas de que o Banco Central Europeu (BCE) será levado a reduzir os juros de forma mais célere e efetuará um novo corte na taxa de depósito, atualmente em 3,5%, na próxima decisão de política monetária, que ocorrerá em 17 de outubro.

As apostas em uma flexibilização monetária mais agressiva vieram após novos sinais de enfraquecimento da atividade econômica, além de a **inflação** na zona do euro ter ficado abaixo da meta de 2% pela primeira vez em três anos.

Em setembro, o índice de preços ao consumidor na região aumentou 1,8% na comparação anual, segundo dados preliminares da Eurostat, desacelerando após a alta de 2,2% vista em agosto. O núcleo da **inflação**, que exclui preços mais voláteis, como os de energia e de alimentos, também desacelerou, ao passar de 2,8% em agosto para 2,7% no mês passado.

Além disso, a presidente do BCE, Christine Lagarde, disse em sua audiência no Parlamento Europeu na segunda-feira que a confiança da autoridade monetária em um retorno oportuno da **inflação** à meta havia aumentado, e que o BCE levará isso em consideração em sua próxima decisão.

"Após uma queda ainda mais profunda do que esperávamos na **inflação** da zona do euro em setembro, estamos antecipando o próximo corte de 0,25 ponto percentual da taxa do BCE de dezembro para outubro", dizem os economistas do Deutsche Bank em relatório.

Eles agora preveem que a taxa retorne ao nível neutro - aquele que não estimula nem contrai a economia - em meados de 2025, ao estimarem a taxa de equilíbrio da zona do euro entre 2% e 2,5%.

O Citi foi outro banco que revisou sua expectativa para a próxima reunião e agora espera que a taxa de depósito seja cortada 0,25 ponto, para 3,25%, ante projeção anterior de um corte apenas em dezembro.

O banco prevê cortes subsequentes em dezembro e até o início do ano que vem, até a taxa chegar a 1,5% em setembro de 2025.

"Nem todos os diretores podem estar totalmente de acordo com a ideia de que a política deve continuar a ser flexibilizada, reunião após reunião, mas esperamos que os dados recebidos exerçam pressão suficiente para garantir que esse seja o caso", escrevem os economistas do Citi Arnaud Marès, Christian Schulz e Giada Giani, em nota.

Além da **inflação** abaixo de 2%, os principais indicadores econômicos da zona do euro caíram, sugerindo uma economia bem mais fraca ou mesmo uma leve recessão nos próximos meses, o que pode levar a um corte de juros em outubro, diz o economista Marco Wagner, do Commerzbank, ao revisar sua projeção anterior, que abarcava um corte apenas em dezembro.

O índice de gerente de compras (PMI) industrial da zona do euro caiu de 45,8 em agosto para 45 em setembro, seguindo em contração e destacando a crise do setor, bem como uma perspectiva de crescimento fraco enfrentada na zona do euro, diz o economista Rory Fennssey, da Oxford Economics. Ele destaca que a atividade econômica na região flerta com a estagnação e as intenções de contratação se deterioraram, e com isso o crescimento salarial deve continuar a moderar.

"Adicionaremos um corte de taxa em outubro ao nosso cenário base na próxima revisão de projeções, mas a decisão sobre cortar ou não permanece incerta", enfatiza o economista da Oxford.

Para Nick Bannenbroek, economista internacional do Wells Fargo, o BCE também deverá realizar cortes nas próximas quatro reuniões para atingir uma taxa de depósito de 2,5% em março do ano que vem. A partir daí, a expectativa é que o banco central realize cortes trimestrais com os juros chegando a 2% em setembro.

Com dados recentes apontando para um crescimento mais fraco e **inflação** mais suave, o BCE deve buscar um ritmo mais regular de cortes. "O BCE tem indicado cada vez mais em anúncios recentes que os riscos para o crescimento econômico estão inclinados para o lado negativo", observa Bannenbroek na justificativa de um cenário de flexibilização mais rápida.

1,8% foi a **inflação** ao consumidor na zona do euro

em setembro

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188002>

"Moody"s deu voto de confiança muito grande ao governo"

Gabriel Roca e Víctor Rezende De São Paulo

O economista-chefe do BTG Pactual, Mansueto Almeida, se coloca entre os que ficaram surpresos com a decisão da agência de classificação de risco Moody"s de elevar a nota de crédito do Brasil. Segundo ele, ainda não há clareza sobre quais medidas serão tomadas pelo governo para conter o avanço das despesas obrigatórias e, assim, manter o arcabouço fiscal de pé. Isso torna impossível responder a pergunta sobre quando a dívida pública brasileira deve iniciar sua trajetória de queda. Em sua avaliação, a agência "deu um voto de confiança muito grande ao governo".

Valor: Analistas se surpreenderam com a decisão da Moody"s? Como recebeu a notícia?

Mansueto Almeida: Também fui surpreendido. Quando a gente olha a dinâmica da dívida daqui para frente, ela é pior hoje do que era no início do ano. Tínhamos metas de primário mais audaciosas, embora o mercado tivesse muita dúvida se o governo iria entregar a meta de primário zero. Começou também uma dúvida muito grande se o governo conseguiria cumprir o arcabouço fiscal, que limitava o crescimento da despesa em 2,5%. Desde então, tivemos uma abertura muito forte da curva de juros. O juro real da NTN-B longa passou de 5,3% no início do ano e para perto de 6,3%, apesar da queda de juros nos EUA. Por enquanto, não há nenhum sinal de que o juro longo vai cair. Além disso, no início do ano, era esperada uma Selic um pouco abaixo de 10%.

Agora, o mercado espera que o juro termine o ano no mesmo nível do fim do ano passado, de 11,75%. Esperávamos, neste governo, um crescimento da dívida em torno de 10 pontos percentuais do **PIB**. Hoje esperamos um crescimento de 12 pontos, ou seja, de 3 pontos por ano. Na verdade foram duas coisas, o upgrade e o "outlook" positivo. Em um período de 12 a 18 meses, o Brasil pode voltar a ser grau de investimento. Então também estou na lista dos surpreendidos.

Valor: A Moody"s enfatizou o crescimento ao fazer o "upgrade"...

Mansueto: Temos que concordar que, desde 2021, o ritmo de crescimento da economia brasileira tem sido

muito acima do que era esperado. Em 2021 era difícil estimar a velocidade da reabertura do setor de serviços.

Em 2022 e 2023, foram anos de grande expansão fiscal, com crescimento real da despesa de mais ou menos 6% e 12,5% respectivamente.

Quase 20% real em dois anos. Isso, com certeza, trouxe crescimento, que não é sustentável.

Dito isso, também tem o efeito das reformas. Antes da pandemia, economistas calculavam que o **PIB** potencial era de 1% a 1,5%. Hoje, calculam que é em torno de 2%. Tivemos sim uma surpresa de crescimento.

Valor: O crescimento deve ser menor em 2025?

Mansueto: Sim, por conta dos juros. O juro nominal deve ir para a casa dos 12%, com uma **inflação** esperada de 4%. Isso dá 8% de juro real. Tende a desacelerar a economia, que é exatamente o que o BC quer para reduzir a **inflação**.

O problema é que o déficit nominal vai ser maior. Como a curva de juros está em um patamar mais alto, no próximo ano, esperamos um déficit nominal de 8% do **PIB**. O próprio relatório da Moody"s diz que espera que o governo tome medidas para fortalecer o arcabouço e reduzir o crescimento da despesa obrigatória.

Também espero o mesmo.

Valor: Isso deve acontecer?

Mansueto: É uma incerteza. Já há acordo político? Qual a concordância, na base do governo, com essas medidas, e quais são elas? A gente escuta da área econômica que há sim um esforço e que, possivelmente, serão apresentadas medidas para mudar a dinâmica do gasto obrigatório, mas ninguém sabe quais são essas medidas. Então a Moody"s deu um voto de confiança muito grande ao governo.

Valor: Alguns economistas apontam que, relativamente, o fiscal brasileiro não piorou como em outros países do mundo, o que pode ter contribuído com a visão mais positiva da agência. Concorda?

Mansueto: São cenários diferentes.

Quando comparamos o Brasil com países pares, temos uma dívida pública mais alta. Outros países do mundo, como o juro é bem menor, o esforço fiscal que eles precisam fazer para estabilizar a dívida é menor que o do Brasil. Pagamos um juro real de quase 6,5% ao ano.

O juro real da Selic vai para 8% ao ano. Isso leva a uma dinâmica de crescimento da dívida pior que em outros países. Por isso não dá para fazer essa comparação.

Valor: Há saída para diminuir o prêmio de risco da curva no Brasil?

Mansueto: A notícia boa é que, quando você dá os sinais adequados, o mercado reage muito rápido.

Se o governo conseguir fazer reformas no crescimento da despesa obrigatória, mesmo que aos poucos, o mercado reage rápido.

Valor: O arcabouço fiscal traz confiança?

Mansueto: O governo atual tem um problema. Ele próprio nos mostrou em relatórios oficiais, em declarações do ministro da Fazenda e da ministra do Planejamento que, sem mudanças nas regras de vinculação e desindexação de alguns itens da despesa em relação ao salário mínimo, o arcabouço fiscal não fica de pé depois de 2025.

Teríamos problemas de 2026 em diante, já que as despesas discricionárias iam ficar em um patamar muito baixo e, eventualmente, teriam que ir para zero no início do próximo governo. Já sabemos que serão necessárias mudanças para tornar o arcabouço fiscal consistente.

Se o governo começar a propor, mesmo que seja no fim deste ano, as mudanças que indiquem uma desaceleração no crescimento das despesas obrigatórias, podemos ter uma surpresa e um recuo muito grande e rápido nos juros. É uma questão de deixar claro o que será feito para deixar o arcabouço fiscal consistente, que hoje não é.

Valor: Acredita que virão medidas neste sentido?

Mansueto: Espero que sim, mas há dúvidas. A primeira é como a equipe econômica vai convencer toda a ala política do governo.

E também como será a negociação no Congresso para aprovar uma pauta de novas medidas fiscais.

Mas não tem muita saída. Se não for feito nada, em algum momento o governo tentará mudar a regra fiscal do teto de crescimento da despesa de 2,5%. Se não vier nenhuma medida para reduzir o crescimento da despesa obrigatória, o governo vai ter que cortar investimento público, que já é baixo, em 2026.

Fica a dúvida: será que qualquer governo cortaria investimento em ano de eleição? É preciso fazer algo agora ou o juro real alto pode acabar derrubando a taxa de investimento no Brasil.

Valor: A revisão da Moody's fortalece a narrativa de que a redução dos gastos precisa acontecer?

Mansueto: É possível que exista uma interpretação de que o que já foi feito é suficiente. Se for essa, vai acabar sendo muito ruim. Por outro lado, a equipe econômica pode criar a narrativa de que a própria agência deixou claro que espera que o governo fortaleça o arcabouço e que será preciso propor medidas ao longo dos próximos seis meses para não perder o viés positivo na nota. E se as reformas não vierem, a equipe econômica pode argumentar que o país não chegará ao "investment grade".

Quando perguntamos para o mercado, que é a conjunção da opinião de muitas pessoas, o que foi que aconteceu com a curva de juros hoje [ontem]? Ela caiu muito fortemente? Não. Ficou basicamente constante.

Valor: Acredita que o grau de investimento pode vir?

Mansueto: Dado o cenário de hoje, acredito que não. Como não está claro o cardápio de medidas, é muito difícil apostar na recuperação do grau de investimento. Para isso, eu teria que responder a pergunta que a Moody's tenta responder, mas outras agências ainda não respondem: a partir de qual ano, como arcabouço fiscal atual, a dívida pública bate em um teto e começa a cair de forma consistente? Para responder essa pergunta, eu precisaria partir do pressuposto de que o arcabouço fiscal atual vai funcionar por vários anos. E já aprendemos que, com o próprio governo, ele não fica de pé. A Fitch tem um cenário-base de que, até 2028, a dívida cresce todos os anos. Não é um cenário em que há revisão de nota.

"Dado o cenário de hoje da dívida, acredito que o grau de investimento não chegue"

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/188002>

Trump pode desacelerar PIB nos EUA, diz Morgan

Eduardo Magossi De São Paulo

A volta de Donald Trump à Casa Branca pode ter como consequência aumentos significativos nas tarifas de vários setores, caso suas propostas sejam totalmente implementadas. Segundo o Morgan Stanley isso implicaria em uma queda no crescimento e aumento na **inflação** já no curto prazo nos Estados Unidos.

Para o economista-chefe global do banco, Seth Carpenter, a incerteza permanece em torno do momento, implementação específica e dos efeitos econômicos das tarifas. Mas, em caso de vitória de Trump, a imposição das medidas tarifárias é o cenário-base do banco.

"Se forem implementadas rapidamente e conforme sugeridas [as medidas], a implicação seria um crescimento econômico muito mais lento e um impulso à **inflação** no curto prazo nos EUA", afirma, em relatório.

A escalada tarifária prevista pelo Morgan é baseada em três fatores: a autoridade executiva em relação à política comercial é vasta, a mensagem da campanha tem sido clara e consistente, e a experiência histórica do período de 2018 e 2019, quando Trump estava na Presidência, demonstra uma clara vontade. "Dados esses fatores, a implementação das tarifas pode ser muito rápida já após a posse", estima.

Carpenter explica que, como mais de 50% dos bens importados pelos Estados Unidos são bens de capital e intermediários, as tarifas são um imposto sobre gastos de capital domésticos e na manufatura doméstica.

Segundo ele, atualmente, 60% das importações da China são tarifadas, e esse número pode aumentar para 100%.

"A taxa média de tarifa sobre importações chinesas é de aproximadamente 17%, e esse número pode aumentar para 60% ou até 77%, dependendo da interpretação das propostas atuais. Para o resto das importações do mundo, 25% das importações são atualmente tarifadas a uma taxa média de aproximadamente 4%", analisa.

O economista conclui que se forem aplicadas tarifas adicionais de 60% nas importações chinesas e de 10% para o resto do mundo, a tarifa média para cerca de metade das indústrias dos EUA ficaria entre 25% a 35%.

Neste cenário, a **inflação** americana aumentaria rapidamente no curto prazo e o crescimento do **PIB** se arrastaria ao longo de vários trimestres. "Projetamos um efeito direto com queda de consumo e nos gastos com investimentos, mas também esperamos alguns efeitos secundários importantes", afirma.

Para o economista, a menor atividade econômica reduzirá o emprego, o que reduz a renda, reduzindo ainda mais o consumo.

A aplicação das tarifas de 60% e 10% faria o consumo cair 3%, o investimento das empresas recuaria 3,1%, o crescimento do **PIB** real desaceleraria em 1,4% e os números de vagas cairia em cerca de 50 mil a 70 mil por mês.

Na análise do Morgan, o efeito inflacionário aconteceria mais rapidamente com o índice de preços de gastos com consumo (PCE) subindo 0,9% ao longo de quatro trimestres.

"A resposta da política monetária seria complicada, porque o aumento da **inflação** seria evidente primeiro e poderia desacelerar o ritmo dos cortes de taxas, mas à medida que o crescimento nitidamente mais lento se torne aparente, achamos que a flexibilização seria retomada e acelerada", conclui o economista.

77% é a tarifa máxima que produtos chineses podem ter nos EUA

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/188002>

Campos defende separação entre crédito e "bets"

Gabriel Shinohara De Brasília

Questionado sobre o tema das "bets", o presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, afirmou ontem que a separação entre a parte de crédito e a das apostas esportivas "é bastante necessária".

Disse ainda que "não faz sentido banco ter bet. Na nossa interpretação, é uma coisa que não deveria existir. Mas acho que é uma política do governo, o governo está debruçado sobre isso".

Em evento promovido pela Aurum Wealth Management Multi Family Office e Veedha Investimentos, ele ressaltou que a autoridade monetária não faz política pública em cima do tema das bets, mas olha como pode ser o impacto na inadimplência.

Segundo ele, o tema tem sido estudado, inclusive a experiência de outros países. "O que o mundo hoje não permite de forma geral, eu não conheço nenhum país que seja diferente, e nós precisamos ter atenção aqui, é não permitir que exista uma empresa que faça o crédito e dê linha de crédito para o sujeito apostar em bets." O presidente do BC disse que, olhando a Europa e o resto do mundo, o que é mais comum é alguma restrição na parte de propaganda e na interseção entre crédito e bets. Segundo ele, há um trabalho acadêmico de um professor da Universidade de Califórnia (UCLA) que compara os Estados americanos que permitiram e não permitiram bets e "vê claramente um efeito na inadimplência, um efeito principalmente na camada mais baixa".

Campos Neto disse que o tema das apostas esportivas é relevante para a autoridade monetária porque pode gerar inadimplência.

"Estava parecendo que estava indo para um caminho de gerar inadimplência nas classes mais baixas da população." O presidente do BC falou sobre bets ao ser questionado durante o evento, em que fez palestra sobre o cenário econômico. Em sua apresentação, afirmou que a inflação no Brasil tem convergido para a meta, mas ressaltou que há preocupação para o futuro. Ele citou um "tema de alimentos que vem da seca" e a economia trabalhando "acima do potencial".

Citou que alguns números de inflação de curto prazo

têm saído melhores, "inclusive de núcleos". Segundo ele, o BC tem olhado a parte de serviços intensivos em mão de obra e o último número "foi um pouquinho melhor na margem".

No entanto, ressaltou que, olhando para a frente, "a gente enxerga uma piora". Além do tema de alimentos, citou que há um questionamento sobre o quanto é possível ficar com inflação de serviços baixa com mão de obra pressionada.

"A gente tem um crescimento que está forte, um crédito que está forte, um desemprego que está superbaixo e, quando a gente olha indicadores antecedentes, e o trabalho do Banco Central é tentar se antecipar a isso, a gente vê que a economia está trabalhando acima do seu potencial." Sobre a condução da política monetária, ressaltou que a escolha do Comitê de Política Monetária (Copom) foi não dar "guidance" (orientação) sobre próximos passos.

"Como tem muita incerteza, é importante olhar no curto prazo e ver o que está acontecendo." Campos Neto ainda falou sobre o cenário fiscal no Brasil. Disse que nos momentos em que o país foi capaz de trabalhar com juros mais estáveis foram os momentos em que houve um "choque positivo no fiscal", citando pontos como a aprovação da reforma da Previdência e o arcabouço fiscal.

Nesse sentido, afirmou que é difícil pensar que vai ser possível trabalhar com juros mais baixos de foram mais estável sem ter perspectiva de convergência da dívida.

"A gente acha que nesse momento o Brasil precisa passar algum tipo de mensagem nesse sentido."

"Não faz sentido banco ter bet."

Na nossa interpretação, é uma coisa que não deveria existir" Campos Neto

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/188002>

Qual o risco Brasil? - DIÁRIO ECONÔMICO

Patrícia Raposo

Os mercados financeiros brasileiro e internacional não estão falando a mesma língua, pelo menos em relação à economia e ao futuro no Brasil. Enquanto os agentes do mercado nacional seguem vendo com desconfiança a situação econômica e profetizando o abandono do arcabouço fiscal, a agência de análise de risco Moody's, uma das três maiores do mundo, elevou a nota de risco do Brasil de Ba2 para Ba1 na última terça-feira (1), colocando o país a um passo do "grau de investimento".

No último mês de julho, a Fitch, outra grande agência de risco, manteve a sua avaliação da economia nacional em BB, a dois passos do grau de investimento. Em dezembro do ano passado, a S P Global Ratings, que completa a tríade das análises de risco, também revelou um certo otimismo sobre o futuro da nossa economia, mas ainda reconhecendo um grau de incerteza em relação ao futuro.

Na vida real, isso significa que o Brasil caminha para atrair investimentos estrangeiros sólidos e não apenas especulativos, que são aqueles que entram no país, auferem lucros e levam o dinheiro para outros mercados. As notas das agências de risco são uma espécie de barômetro para o mercado financeiro internacional, indicando onde é seguro aportar seus dólares sem sobressaltos. E por que obter o "grau de investimento" é tão sonhado pelo governo brasileiro? Pois bem, com essa classificação, os juros ficam mais baixos e o financiamento da dívida mais barato, além do aporte de mais recursos estrangeiros impulsionando o crescimento da economia e a geração de empregos.

Foco na reforma, no **PIB** e no arcabouço fiscal

Para as agências de risco, a **reforma tributária**, o arcabouço fiscal, as finanças externas fortes e a baixa parcela da dívida em moeda estrangeira foram os primeiros sinais positivos da economia brasileira. Em seu relatório, a Moody's acrescentou o crescimento do **PIB** acima das expectativas e sua resiliência aos juros altos. Fica a pergunta: as agências estão otimistas porque estão distantes ou somos nós que não conseguimos enxergar porque estamos muito envolvidos aqui dentro?

Feira têxtil nos EUA

O Texbrasi vai levar 37 empresas brasileiras para a Coterie NY, feira mais importante depois da New York Fashion Week. A camisaria pernambuca Marie Mercié estará na delegação.

Lançamento e novo CFO

A MaxPlural programa novos lançamentos no estado, incluindo condomínios no Litoral Sul e no Recife. Marcos Lavor, novo CFO da empresa, estará focado nas operações financeiras.

Sudene aprova incentivos fiscais para a Aena

A Sudene aprovou, em reunião do colegiado, a concessão de incentivos fiscais para a Aena, concessionária que administra o Aeroporto Internacional do Recife. A empresa relatou um investimento de R\$ 517 milhões no terminal do Recife, de um total de R\$ 933,8 milhões nos seis aeroportos que fazem parte do bloco arrematado pela empresa em 2019.

Site:

<https://impresso.diariodepernambuco.com.br/noticia/cadernos/economia/2024/10/qual-o-risco-brasil.html>

Educação sobre jogos on-line é responsabilidade de todos - EDUCAÇÃO E NEGÓCIOS

GENEVIÈVE POULINGUE

Os recentes escândalos envolvendo apostas on-line chamam a atenção para o crescente mercado das bets. Também conhecidas como apostas de cota fixa, essas plataformas movimentam bilhões no Brasil. De acordo com projeções da Strategy Brasil, consultoria da PwC, o setor de apostas on-line movimentou entre R\$ 60 bilhões e R\$ 100 bilhões em 2023, representando quase 1% do **PIB**. O Brasil já é o terceiro maior mercado de apostas on-line do mundo. Mas quais são os riscos para a sociedade?

No artigo de Hugo Bethlem, intitulado Capitalismo Consciente no Brasil, dados revelam que 70% dos apostadores pertencem à baixa renda. Casos recentes mostraram desvios de verba e até o uso inapropriado do Bolsa Família para apostas, uma aberração que expõe o tipo de sociedade que estamos construindo.

Uma aposta não é um investimento, mas um risco em que o jogador tenta prever o resultado de um jogo de futebol ou outra atividade. Na prática, muitos apostadores não sabem como parar antes de ultrapassar suas próprias possibilidades financeiras, o que acaba se tornando um problema de saúde mental.

As empresas podem desempenhar um papel crucial ao fornecer educação financeira e alertar sobre os riscos e as manipulações dos jogos on-line, muitas vezes hospedados em paraísos fiscais e com redes difíceis de rastrear. Programas internos de prevenção e apoio psicológico podem ser considerados um ativo estratégico para promover o bem-estar no ambiente de trabalho. Atividades que reforcem os valores corporativos como fomento ao esporte e reconhecimento de conquistas no trabalho, podem ser iniciativas bem-sucedidas.

As autoridades públicas também devem se posicionar em relação à legalidade e regulamentação dos jogos de azar on-line, impondo limites para o valor das apostas e verificações de antecedentes dos jogadores. Sabemos que a clandestinidade e as brechas legais facilitam o desenvolvimento de vícios.

Como sociedade, os cidadãos podem colaborar. O

letramento digital sobre os jogos e outras ferramentas precisa ser uma prioridade em nossas casas e para todas as gerações. Defendo que a educação é primordial. Instituições de ensino também devem incluir em seus currículos disciplinas sobre gerenciamento financeiro pessoal e o uso inteligente do ambiente digital.

Não devemos ser ingênuos. Há muito dinheiro envolvido na indústria dos jogos de azar e é difícil coibi-lo. No entanto, é preciso começar. A articulação entre setores para evitar que as apostas virtuais se tornem uma epidemia mundial de vício pela internet é urgente e uma tarefa de todos.

Site: <https://anoticialagoas.com.br/wp-content/uploads/2024/10/OUT-177.pdf>

Autônomos podem ter consignado?

SÃO PAULO

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) prepara mudanças no crédito consignado oferecido a trabalhadores. Projeto do governo Lula deve incluir as empregadas domésticas e os profissionais autônomos na nova lei, para que consigam fazer empréstimo com juros menores.

A medida estaria inclusa no projeto de lei -em preparação no MTE- para acabar com o **saque-aniversário** do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (**FGTS**).

Fontes ouvidas pela Agência Folha confirmaram os estudos.

Segundo as conversas internas, a proposta deverá ser enviada ao Congresso após as eleições, em novembro. A intenção de alterar as regras do **saque-aniversário** ou acabar de vez com a medida vem sendo tratada pelo ministro do Trabalho, Luiz Marinho, desde o início de sua gestão, em 2023.

As mudanças que estão sendo preparadas no consignado devem atingir todos os trabalhadores. Atualmente, os profissionais com carteira assinada podem fazer empréstimo do tipo, com desconto direto na folha de pagamento, mas a negociação tem de passar necessariamente pela empresa.

As novas regras permitiram que o profissional faça a contratação direto com o banco, sem que o empregador precisasse mediar a negociação. A empresa seria avisada sobre o empréstimo apenas para fazer o desconto das parcelas na folha de pagamento.

As negociações para contratar o crédito ocorreriam por meio do aplicativo Carteira de Trabalho Digital, que tem ampliado os serviços oferecidos aos trabalhadores. Nele, seria possível, além da contratação, fazer simulações e escolher o banco mais vantajoso.

No caso de empregados domésticos, a alteração na lei é necessária para que possam contratar o crédito, já que a categoria não estava incluída no rol de profissionais com direitos trabalhistas como **FGTS** e seguro-desemprego, por exemplo. Essa inclusão foi feita em 2013, com a aprovação da PEC das Domésticas.

Para os autônomos, o modelo ainda não está claro, já que esses profissionais não têm vínculo empregando, com dados vinculados a uma folha de pagamento, porque não recebem salário.

O governo não explica como seria a inclusão neste caso.

FGTS: medidas previstas no projeto para acabar com o **saque-aniversário**